



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
23 e 24/06/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Presidente Marcelo Queiroz entrega documento com sugestões de fomento à economia ao prefeito de Natal – PONTO DE VISTA – Rio Grande do Norte – 22/06/2021
3. Senac Barreira Roxa lança novas turmas para cursos e oficinas na área da gastronomia – GUSTAVO NEGREIROS – Rio Grande do Norte – 22/06/2021
4. Eventos de massa voltam em julho – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 24/06/2021
5. Enfim, chega o momento da flexibilização dos eventos; conheça o Plano – BLOG E-TURISMO – Rio Grande do Norte – 23/06/2021
6. Com novo cronograma do Governo do RN, Destaque estuda realização do Carnatal em 2021 – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 23/06/2021
7. Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira (25) – ROBSON PIRES – Rio Grande do Norte – 23/06/2021
8. Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25 – BLOG DO WASHINGTON– Rio Grande do Norte – 23/06/2021
9. Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25 – BLOG DO FM– Rio Grande do Norte – 23/06/2021
10. Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25 – BLOG ANTENADO – Rio Grande do Norte – 23/06/2021
11. Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25 – SENADINHO MACÁIBA – Rio Grande do Norte – 23/06/2021
12. Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25 – TRIBUNA DE NOTÍCIAS – Rio Grande do Norte – 23/06/2021

13. Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25 – GUSTAVO NEGREIROS – Rio Grande do Norte – 23/06/2021
14. Fecomercio: Indústria e serviços travam disputa para reduzir cobrança de impostos na reforma tributária – VERSÁTIL NEWS – Rio Grande do Norte – 22/06/2021
15. CNC aponta melhorias no mercado de trabalho e retomada no consumo – GUSTAVO NEGREIROS – Rio Grande do Norte – 22/06/2021
16. Hotéis e restaurantes têm queda histórica de 44% no faturamento e 397 mil de empregos perdidos; setor prevê recuperação plena somente em 2023 – BLOG DA JULISKA – Rio Grande do Norte – 22/06/2021
17. PESQUISA CNC: Hotéis e restaurantes têm queda histórica de 44% no faturamento e 397 mil de empregos perdidos. Setor prevê recuperação plena somente em 2023 – BLOG DO BG – Rio Grande do Norte – 22/06/2021
18. MTur abre prazo para parcerias com instituições de ensino na área de qualificação – JORNAL TURISMO E EVENTOS – Rio Grande do Sul – 22/06/2021
19. Deputado: Bolsonaro foi avisado de compra suspeita - ESTADÃO - 24/06/2021
20. Coronel centralizou compra de vacina, apontam ofícios - ESTADÃO - 24/06/2021
21. Alvo da PF, Sales pede demissão do Meio Ambiente - ESTADÃO - 24/06/2021
22. Supremo confirma que Moro foi parcial - ESTADÃO - 24/06/2021
23. Estoque reduzido de doses trava vacinação em pelo menos 12 capitais - ESTADÃO - 24/06/2021
24. Com risco de nova crise energética, BC refaz cenários para definição da Selic - ESTADÃO - 24/06/2021
25. IPCA pode ir a 6,5% na bandeira vermelha - ESTADÃO - 24/06/2021
26. Vendas de mercados de bairro têm alta com salto tecnológico na pandemia - ESTADÃO - 24/06/2021

27. Bolsonaro é citado, e compra de Covaxin vira principal alvo da CPI - FOLHA - 24/06/2021
28. Responsabilização de Bolsonaro está mais próxima, avalia CPI - FOLHA - 24/06/2021
29. Deputado que citou suspeitas sobre Covaxin é ex-youtuber pró-Bolsonaro - FOLHA - 24/06/2021
30. Por 7 a 4, Supremo confirma decisão que declarou Moro parcial em caso de Lula - FOLHA - 24/06/2021
31. Guedes quer usar aumento na arrecadação para reduzir tributos - FOLHA - 24/06/2021
32. Alvo de inquérito, ministro Ricardo Salles pede demissão - FOLHA - 24/06/2021
33. Cai para 6 total de capitais com mais de 90% de lotação em UTI - FOLHA - 24/06/2021
34. GRÁFICOS

RELATÓRIO

Em novo decreto, o Governo do RN prevê a retomada dos eventos com presença de público de forma escalonada a partir de julho. O Carnatal, por exemplo, já planeja anunciar oficialmente a tradicional micareta potiguar em agosto. Tudo indica que este ano terá Carnaval Fora de Época em dezembro.

O decreto saiu após articulação entre representantes do setor de eventos, liderados pelo presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz. O plano contempla ainda casas de recepção, buffets, teatros e afins. E para quem deseja uma nova capacitação no setor de gastronomia, o Senac Barreira Roxa está com matrículas abertas para diversas capacitações, em cursos e oficinas.

Quem ainda não tem o que comemorar é o turismo. Um dos setores mais afetados pelas restrições impostas na pandemia, Turismo e Hospitalidade sofreram uma queda histórica de 44,8% na arrecadação, em 2020, em relação ao ano anterior. Os dados são da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Entre março de 2020 e janeiro de 2021, o setor amargou prejuízos da ordem de R\$ 274 bilhões. Já são 397 mil empregos perdidos. O setor prevê recuperação plena só em 2023.

Em âmbito nacional, a quarta-feira (24/06) foi "cinza" para o governo Bolsonaro. Não bastasse mais uma denúncia grave na CPI, o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles pediu demissão. Aliado do governo, o deputado Luis Miranda (DEM-DF) afirmou ter levado a denúncia sobre um esquema de corrupção envolvendo a compra da vacina indiana Covaxin ao próprio presidente, há três meses.

A reunião, segundo o deputado, ocorreu em março, no Palácio da Alvorada, pouco mais de 30 dias após o contrato ter sido assinado. De acordo com Luis Miranda, Bolsonaro afirmou que encaminharia o caso à Polícia Federal.

Apesar do aviso, o governo seguiu com o negócio no qual prevê pagar por cada dose da vacina um preço 1.000% maior do que o anunciado pela própria fabricante seis meses antes. Enquanto isso, na saúde, ao menos 12 capitais alegam falta de estoque e limitaram as campanhas de imunização contra a covid-19 esta semana. A boa notícia é que caiu para seis o total de capitais do país com mais de 90% de lotação em UTI.

Ricardo Salles deixou o ministério do Meio Ambiente, depois de dois anos no cargo. Ele não resistiu ao desgaste provocado pelas suspeitas de envolvimento num esquema ilegal de retirada e venda de madeira. Salles será substituído pelo atual secretário da Amazônia e Serviços Ambientais, Joaquim Álvaro Pereira Leite.

Ainda em Brasília, mas na Justiça, o STF concluiu que o ex-juiz e ex-ministro Sérgio Moro foi parcial quando condenou o ex-presidente Lula na ação do Triplex do Guarujá, caso que levou o petista a ficar preso por 580 dias na carceragem da Polícia Federal em Curitiba.

**Presidente Marcelo Queiroz entrega documento com sugestões de fomento à economia ao
prefeito de Natal – PONTO DE VISTA – Rio Grande do Norte – 22/06/2021**

Link	http://www.pontodevistaonline.com.br/presidente-marcelo-queiroz-entrega-documento-com-sugestoes-de-fomento-a-economia-ao-prefeito-de-natal/
------	---

Presidente Marcelo Queiroz entrega documento com sugestões de fomento à economia ao prefeito de Natal



O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, entregou na última quarta-feira (16), a Agenda Mínima Desenvolve Natal ao prefeito da capital, Álvaro Dias. O documento reúne ideias e ações a serem implantadas pelo Executivo municipal para os setores do Comércio, Serviços e Turismo. A reunião aconteceu no Centro de Eventos do Hotel Barreira Roxa João Dinarte Patriota.

Link	https://gustavonegreiros.com.br/2021/06/22/senac-barreira-roxa-lanca-novas-turmas-para-cursos-e-oficinas-na-area-da-gastronomia
------	---

Senac Barreira Roxa lança novas turmas para cursos e oficinas na área da gastronomia

Referência em escola de gastronomia, o Senac Barreira Roxa está com matrículas abertas para diversas capacitações. Além do curso Cozinheiro, que capacita o aluno para desenvolver todas as competências relativas à prática de uma cozinha profissional, a escola oferece diversas oficinas de curta duração e aperfeiçoamento para profissionais que atuam nessa área.

As capacitações se destacam por atender interesses específicos do mercado, com opções como: Culinária Japonesa: Sushi e Sashimi; Doces e Salgados Finos; Culinária à Base de Peixes e Frutos do Mar; Comida de Boteco; Massas Frescas com Harmonização de Vinhos e Clássicos do Camarão e Workshop de Risotos.

O curso de Cozinheiro tem duração de seis meses e as oficinas ocorrem em uma semana, com aulas de segunda a sexta-feira. Já os workshops são realizados nas manhãs de sábado, com em média três horas de duração. Ao final das capacitações os concluintes recebem certificado reconhecido em todo território nacional.

A escola se diferencia pela estrutura oferecida aos alunos, com cozinhas pedagógicas modernas e que estimulam o aprendizado prático, como explica o diretor regional, Raniery Pimenta. “O Senac tem como uma de suas prioridades entregar um ambiente de excelência para o aprendizado. Na escola Barreira Roxa, dispomos de uma infraestrutura de elevado padrão, com móveis e equipamentos de ponta, além de instrutores qualificados e que trabalham com os melhores insumos, sempre focando na prática e autonomia do aluno”, afirmou o diretor.

Interessados podem efetuar a matrícula em qualquer unidade do Senac RN. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone e WhatsApp 4005-1000 ou através do site www.rn.senac.br.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/eventos-de-massa-voltam-em-julho-no-rio-grande-do-norte/513758>

Eventos de massa voltam em julho

« PANDEMIA » Novo decreto publicado pelo Governo do Estado prevê retomada dos eventos com presença de público de forma escalonada a partir de julho; Destaque, produtora do Carnatal, planeja festa em 2021

JÚLIO PINHEIRO
Editor da TN Online

O Governo do Rio Grande do Norte publicou nesta quarta-feira (23/06), novo decreto prorrogando as medidas de enfrentamento à pandemia e definindo um calendário para retomada do setor de eventos no Estado. Pelo calendário, eventos de massa poderão ser realizados com 100% da capacidade a partir de setembro, mas a liberação para público inferior já começa em 23 de julho.

No decreto, o Governo estabeleceu três grupos com os tipos de eventos permitidos, com duas previsões de datas para eles. Inicialmente, os eventos corporativos, técnicos, científicos e convenções, assim como o funcionamento de cinemas, museus, teatros, circos e parques de diversões, terão cinco fases para a retomada (veja no fim da matéria), entre 25 de julho e 20 de agosto, com liberação gradativa de número de pessoas e percentual de ocupação dos locais.

Já para os eventos de massa, sociais, recreativos e similares, as cinco fases começam em 23 de julho e vão até o dia 17 de setembro, quando haverá liberação para ocupação de 100% dos locais destinados aos eventos e sem limitação no público (veja no fim da matéria).

A retomada e o funcionamento dos setores, no entanto, dependerá da classificação do Indicador Composto para o município de realização das atividades, que leva em consideração o panorama da epidemia e a capacidade de resposta do Estado.



Secretaria Municipal de Saúde de Natal informou que serão aplicadas as primeiras doses somente em professores; veja mudanças

Os parâmetros são definidos em Nível 1: Risco Baixo – Cor Verde Claro; Nível 2: Risco Moderado – Cor Verde Escuro; Nível 3: Risco Médio – Cor Amarela; Nível 4: Risco Alto – Cor Laranja; Nível 5: Risco Extremo – Cor Vermelha.

Essa classificação do Indicador Composto é semanalmente divulgada pela Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap), para fins de adoção das medidas estabelecidas no decreto. Para a retomada dos eventos de massa, só haverá a liberação para os municípios com os indicadores verde claro

e verde escuro, enquanto para os demais está liberado até para o nível amarelo.

Além dessa condicionante, todos os eventos, se realizados com público inferior a 450 pessoas, deverão ser comunicados previamente à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed). Caso o público seja previsto entre 450 e 600 pessoas, ficam condicionadas à autorização prévia após requerimento encaminhado ao Gabinete Civil. Já para eventos com público superior a 600 pessoas, ficam condicionadas à autorização prévia da Sesap.

Repercussão

O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, destacou o trabalho em conjunto com os empreendedores e a relevância desse passo para a economia potiguar. “Nos sempre pontuamos a grande importância que o setor de serviços e o turismo têm para o contexto econômico do nosso Estado. E acompanhamos de muito perto o drama vivido pelas empresas de eventos que, além de estarem paradas há meses, sequer conseguiam vislumbrar um cenário de retomada que lhe permitisse um mínimo de planejamento”, disse Queiroz.

Vacinação em Natal hoje sofre mudanças

A Secretaria Municipal de Saúde de Natal (SMS Natal) informou no início da noite dessa quarta-feira (23/06) que a vacinação contra Covid-19 terá alterações nesta quinta-feira (24/06). Todos os pontos vão funcionar apenas com aplicação da segunda dose para todos os públicos que tenham tomado a primeira dose de Oxford até 31 de março, exceto trabalhadores da Educação do Ensino Infantil, Fundamental I e II que terão D1 disponível no Colégio Expansivo (Zona Norte), Ginásio do Sagrada da Família (Alecim) e

Palácio dos Esportes.

O motivo, segundo a SMS Natal, é que do quantitativo de 14.665 doses repassadas ao município nessa quarta-feira (23/06) veio com recomendação de 1.400 doses destinadas à primeira dose dos trabalhadores da educação e 13.265 doses à segunda dose dos demais públicos em vacinação.

Até a chegada de novas doses fica suspensa a vacinação dos demais públicos anteriormente divulgados.

Dessa forma cada uma das 35 Unidades Básicas de Saúde (UBS), cada um dos seis drive-thrus, e cada ponto extra exclusivo para Educação vai atender os públicos conforme determinado na nota técnica do lote recebido. Todos os públicos em vacinação, assim como a documentação e dúvidas frequentes podem ser conferidos através do site vacina.natal.rn.gov.br.

ASMS Natal também aguarda o envio de novas doses para retomar e avançar tanto nos públicos



VEJA CRONOGRAMA COMPLETO

Eventos corporativos, técnicos, científicos e convenções; cinemas, museus, teatros, circos, parques de diversões e afins:

I – Fase 01: a partir de 25 de junho de 2021, observada a ocupação máxima de 20% (vinte por cento) da capacidade do local, limitada à frequência máxima simultânea de 150 (cento e cinquenta) pessoas;

II – Fase 02: a partir de 09 de julho 2021, observada a ocupação máxima de 40% (quarenta por cento) da capacidade do local, limitada à frequência máxima simultânea de 300 (trezentas) pessoas;

III – Fase 03: a partir de 23 de julho de 2021, observada a ocupação máxima de 60% (sessenta por cento) da capacidade do local, limitada à frequência máxima simultânea de 450 (quatrocentos e cinquenta) pessoas;

IV – Fase 04: a partir de 06 de agosto de 2021, observada a ocupação máxima de 80%

(oitenta por cento) da capacidade do local, limitada à frequência máxima simultânea de 600 (seiscentas) pessoas;

V – Fase 05: a partir de 20 de agosto de 2021, observada a ocupação de 100% da capacidade do local.

Eventos de massa, sociais, recreativos e similares:

I – Fase 01: a partir de 23 de julho de 2021, observada a ocupação máxima de 20% (vinte por cento) da capacidade do local, limitada à frequência máxima simultânea de 150 (cento e cinquenta) pessoas;

II – Fase 02: a partir de 06 de agosto 2021, observada a ocupação máxima de 40% (quarenta por cento) da capacidade do local, limitada à frequência máxima simultânea de 300 (trezentas) pessoas;

III – Fase 03: a partir de 20 de agosto de 2021, observada a ocupação máxima de 60% (sessenta por cento) da capacidade do local, limitada à frequência máxima simultânea de 450 (quatrocentos e cinquenta) pessoas;

IV – Fase 04: a partir de 03 de setembro de 2021, observada a ocupação máxima de 80%

Destaque inicia planejamento do Carnatal 2021

Amelhoria nas condições da pandemia no Rio Grande do Norte e o decreto publicado nessa quarta-feira (23/06), prevenido para setembro a retomada dos grandes eventos de massa, animou o setor de entretenimento no Estado. A empresa organizadora da maior micareta do país, o Carnatal, já estuda a possibilidade de fazer o lançamento oficial da festa até o fim de agosto, para que seja realizada em dezembro.

De acordo com o diretor da Destaque Promoções, Roberto Bezerra, todos estão com muita esperança para a retomada dos grandes eventos de massa, mas ele ainda preza cautela neste momento. Segundo Bezerra, o planejamento da micareta “saiu da gaveta” após a informação sobre flexibilização das regras e melhoria nas condições sanitárias, mas ele acredita que ainda é necessário analisar o transcorrer dos dias para que a realização da festa possa ser confirmada.



Realização da maior micareta do País, em dezembro, será definida nos próximos dias, diz diretor

com muita esperança, mas ao mesmo tempo temos um pé atrás porque cada passo que damos implica em um risco muito grande”, disse.

vel definir nas próximas semanas se haverá a micareta.

“Se tudo tiver andando direitinho, temos que lançar o projeto para a rua no final de agosto,

Testes

Ainda de acordo com Roberto Bezerra, a Destaque foi procurada e vai participar da organização de eventos-testes em

"Para fazer um grande evento como esse, dependemos de contratações que dependem de um certo tempo. É complicado fazermos o pagamento do sinal de algum serviço, que custa alto, sem a garantia de que haverá a viabilidade de realização de um evento nesse porte", ponderou Roberto Bezerra. "Estamos

Para o diretor da Destaque, um bom balizador sobre a volta de público a eventos de grande porte é o futebol. Segundo ele, é difícil que ocorra a liberação de algo da dimensão do Carnatal antes que seja previsto o público nos estádios. Por isso, ele acredita que com o passar dos dias e avanço da vacinação será possi-

porque teríamos setembro, outubro e novembro para a viabilização, vendas e todo o resto. As bandas já estão agendadas conosco e acredito que um evento como esse é importante para o turismo não somente na festa, mas até para lançar um otimismo ao setor de turismo para o verão", explicou.

outras cidades, no moldes do show de Wesley Safadão que ocorreu no ano passado, na Arena das Dunas. "Esse start vai destravar o setor, para sentirmos como será a aceitação do público, se o público tem o mesmo perfil de antes. Vai ser importante para termos um parâmetro", disse.

blicos prioritários como na faixa etária das pessoas sem comorbidades.

Nesta quarta-feira (23/06), o Rio Grande do Norte registrou 36.274 novos casos de covid-19. A Sesap/RN mudou a plataforma de contagem dos casos e os que estavam represados foram contabilizados.

(oitenta por cento) da capacidade do local, limitada à frequência máxima simultânea de 600 (seiscentas) pessoas;

V – Fase 05: a partir de 17 de setembro de 2021, permitida a ocupação de 100% da capacidade do local.

Link

<http://blog.tribunadonorte.com.br/eturismo/93635>

Enfim, chega o momento da flexibilização dos eventos; conheça o Plano

Após articulação entre representantes do setor de eventos, liderados pelo presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, e do Governo do Estado, foi selado o entendimento para os primeiros passos da retomada deste segmento econômico, um dos mais importantes da cadeia turística e que vem sofrendo há meses com uma crise sem precedentes. As regras constam em decreto publicado hoje, 23, no Diário Oficial do Estado.

O Plano contempla toda a cadeia de eventos, casas de recepção, buffets, teatros e afins e sugere a liberação paulatina, tomando por base percentuais crescentes da capacidade total de cada estabelecimento ou espaço onde irá ser realizado o evento ou atração. O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, destacou o trabalho em conjunto com os empreendedores e a relevância deste passo para a economia potiguar.

“Nós sempre pontuamos a grande importância que o setor de serviços e o de turismo têm para o contexto econômico do nosso estado. E acompanhamos de muito perto o drama vivido pelas empresas de eventos que, além de estarem paradas há meses, sequer conseguiam vislumbrar um cenário de retomada que lhe permitisse um mínimo de planejamento. Por isso, partimos para produzir este plano e tomar a frente da negociação com o Governo do Estado. Foi com espírito de união e com muito bom senso, equilíbrio e, acima de tudo, um diálogo respeitoso, que conseguimos avançar e chegar a este momento de hoje”, diz Queiroz.

Ele também destaca um outro avanço importante nas negociações para a retomada, que diz respeito aos parâmetros de avaliação do cenário da Covid-19, que servirão de balizamento para referendar ou não cada evolução das taxas de ocupação dos espaços.

“Ao invés da taxa de ocupação de leitos de UTI, será usado o Indicador Composto, publicado semanalmente pela Sesap e que monitora a situação da doença, considerando diversos parâmetros, município por município, classificando-os em cores que vão do verde (melhor situação) ao vermelho (pior situação), passando por amarelo e laranja. Com isso, haverá uma setorização permitindo, por exemplo, que um município com melhores números possa avançar e outro onde haja algum retrocesso espere um pouco mais”, diz ele.

A primeira etapa terá início nesta sexta-feira (25) e estipula o percentual de 20% da capacidade dos estabelecimentos, considerando eventos corporativos, técnicos, científicos e convenções, bem como cinemas, museus, teatros, circos, parques de diversões e afins. Este percentual vai evoluindo a cada 15 dias na seguinte sequência: 20%, 40%, 60%, 80% e 100%.

Haverá ainda uma limitação a 150 pessoas na fase 1, 300 na fase 2, 450 na fase 3 e 600 na fase 4. A partir daí, acabam as limitações e será possível utilizar 100% da capacidade dos espaços. Desta forma, o estado alcançará a plenitude do funcionamento destes segmentos em 20 de agosto.

A única exceção neste momento será para os eventos de massa, sociais, recreativos e similares, que terão o início da flexibilização em 23 de julho, com 20% da capacidade dos espaços ou 150 pessoas (o que for menor). A partir daí o segmento segue a mesma evolução, sempre a cada 15 dias. Outro detalhe importante é que, dentro da adoção do “Indicador Composto”, os eventos estarão liberados para os municípios que estiverem na faixa verde, com exceção dos corporativos, que também poderão ser realizados em municípios que estejam na faixa amarela.

Os primeiros passos da retomada devem ser particularmente importantes para dois grandes eventos que estão programados para ocorrer em Natal no mês de setembro, ambos com impactos profundos e diretos no nosso turismo: a Meia Maratona do Sol e o Congresso Brasileiro de Oftalmologia. Juntos, estes dois eventos devem movimentar cerca de R\$ 18 milhões.

Com novo cronograma do Governo do RN, Destaque estuda realização do Carnatal em 2021 –

AGORA RN – Rio Grande do Norte – 23/06/2021

Link

<https://agorarn.com.br/ultimas/com-novo-cronograma-do-governo-do-rn-destaque-estuda-realizacao-do-carnatal-em-2021/>

Com novo cronograma do Governo do RN, Destaque estuda realização do Carnatal em 2021

Destaque - empresa organizadora da maior micareta do país, o Carnatal - estuda a possibilidade de fazer o lançamento oficial da festa até o fim de agosto, para que seja realizada em dezembro deste ano



Edição passada do Carnatal. Foto: Arquivo

Após articulação entre representantes do setor de eventos, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), e do Governo do Rio Grande do Norte, foi selado um cronograma da retomada deste segmento econômico. Com isso, a Destaque – empresa organizadora da maior micareta do país, o Carnatal – estuda a possibilidade de fazer o lançamento oficial da festa até o fim de agosto, para que seja realizada em dezembro deste ano.

O decreto publicado nesta quarta-feira 23 pela gestão estadual contempla toda a cadeia de eventos, casas de recepção, buffets, teatros e afins e sugere a liberação paulatina, tomando por base percentuais crescentes da capacidade total de cada estabelecimento ou espaço de eventos.

“Se tudo tiver andando direitinho, temos que lançar o projeto para a rua no final de agosto, porque teríamos setembro, outubro e novembro para a viabilização, vendas e todo o resto. As bandas já estão agendadas conosco e acredito que um evento como esse é importante para o turismo não somente na festa, mas até para lançar um otimismo ao setor de turismo para o verão”, disse o diretor da Destaque Promoções, Roberto Bezerra, à Tribuna do Norte.

Pelo calendário, eventos de massa poderão ser realizados com 100% da capacidade a partir de setembro, mas a liberação para público menor começa em 23 de julho. “O número limite é de 20% da capacidade do estabelecimento, até 150 pessoas, seguindo de 15 em 15 dias por transições, se o contexto epidemiológico permitir”, afirmou o secretário de Tributação do RN, Carlos Eduardo Xavier, em entrevista ao Bom Dia RN, da InterTV Cabugi.

No decreto, o Governo estabeleceu três grupos com os tipos de eventos permitidos, com duas previsões de datas para eles. Inicialmente, os eventos corporativos, técnicos, científicos e convenções, assim como o funcionamento de cinemas, museus teatros, circos e parques de diversões, terão cinco fases para a retomada, entre 25 de junho e 20 de agosto, com liberação gradativa de número de pessoas e percentual de ocupação dos locais.

Já para os eventos de massa, sociais, recreativos e similares, as cinco fases começam em 23 julho e vão até o dia 17 de setembro, quando haverá liberação para ocupação de 100% dos locais destinados aos eventos e sem limitação no público.

Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira (25) – ROBSON PIRES – Rio Grande do Norte – 23/06/2021

Link

<https://robsonpiresxerife.com/sob-a-lideranca-da-fecomercio-rn-setor-de-eventos-e-liberado-e-comeca-retomada-a-partir-desta-sexta-feira-25/>

Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira (25)

Após articulação entre representantes do setor de eventos, liderados pelo presidente da **Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN** (Fecomércio RN), **Marcelo Queiroz**, e do **Governo do Estado**, foi selado o entendimento para os primeiros passos da retomada deste segmento econômico, um dos mais importantes da cadeia turística e que vem sofrendo há meses com uma crise sem precedentes. As regras constam em decreto publicado hoje, 23, no Diário Oficial do Estado. No documento, as atuais medidas relativas ao funcionamento do setor produtivo foram prorrogadas, com ajustes no toque de recolher, que passa a valer das 23h às 5h.

Na prática, será seguido o Plano de Retomada, elaborado no mês de abril pelas áreas técnicas da Fecomércio e do Senac RN e cujo detalhamento contou com a colaboração de vários empreendedores dos setores envolvidos. O resultado foi um documento que mereceu elogios do Comitê Científico do Estado e dos técnicos da Secretaria de Saúde (Sesap).

O Plano contempla toda a cadeia de eventos, casas de recepção, buffets, teatros e afins e sugere a liberação paulatina, tomando por base percentuais crescentes da capacidade total de cada estabelecimento ou espaço onde irá ser realizado o evento ou atração.

O Plano contempla toda a cadeia de eventos, casas de recepção, buffets, teatros e afins e sugere a liberação paulatina, tomando por base percentuais crescentes da capacidade total de cada estabelecimento ou espaço onde irá ser realizado o evento ou atração.

O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, destacou o trabalho em conjunto com os empreendedores e a relevância deste passo para a economia potiguar. “Nós sempre pontuamos a grande importância que o setor de serviços e o de turismo têm para o contexto econômico do nosso estado. E acompanhamos de muito perto o drama vivido pelas empresas de eventos que, além de estarem paradas há meses, sequer conseguiam vislumbrar um cenário de retomada que lhe permitisse um mínimo de planejamento. Por isso, partimos para produzir este plano e tomar a frente da negociação com o Governo do Estado. Neste esforço, tivemos a participação crucial de vários empreendedores do setor de eventos, gente que vive o dia a dia, que sente as dores da crise. Foi com este espírito de união e com muito bom senso, equilíbrio e, acima de tudo, um diálogo respeitoso, que conseguimos avançar e chegar a este momento de hoje”, diz Queiroz.

Ele também destaca um outro avanço importante nas negociações para a retomada, que diz respeito aos parâmetros de avaliação do cenário da Covid19, que servirão de balizamento para referendar ou não cada evolução das taxas de ocupação dos espaços. “Ao invés da taxa de ocupação de leitos de UTI, será usado o Indicador Composto, publicado semanalmente pela Sesap e que monitora a situação da doença, considerando diversos parâmetros, município por município, classificando-os em cores que vão do verde (melhor situação) ao vermelho (pior situação), passando por amarelo e laranja. Com isso, haverá uma setorização permitindo, por exemplo, que um município com melhores números possa avançar e outro onde haja algum retrocesso espere um pouco mais”, diz ele.

Entenda como a retomada irá evoluir

A primeira etapa terá início na sexta-feira, 25, e estipula o percentual de 20% da capacidade dos estabelecimentos, considerando eventos corporativos, técnicos, científicos e convenções, bem como cinemas, museus, teatros, circos, parques de diversões e afins. Este percentual vai evoluindo a cada 15 dias, na seguinte sequência: 20%, 40%, 60%, 80% e 100%.

Haverá ainda uma limitação a 150 pessoas na fase 1, 300 na fase 2, 450 na fase 3 e 600 na fase 4. A partir daí, acabam as limitações e será possível utilizar 100% da capacidade dos espaços. Desta forma, o estado alcançará a plenitude do funcionamento destes segmentos em 20 de agosto.

A única exceção neste momento será para os eventos de massa, sociais, recreativos e similares, que terão o início da flexibilização em 23 de julho, com 20% da capacidade dos espaços ou 150 pessoas (o que for menor). A partir daí o segmento segue a mesma evolução, sempre a cada 15 dias. Outro detalhe importante é que, dentro da adoção do “Indicador Composto”, os eventos estarão liberados para os municípios que estiverem na faixa verde, com exceção dos corporativos, que também poderão ser realizados em municípios que estejam na faixa amarela.

Os primeiros passos da retomada devem ser particularmente importantes para dois grandes eventos que estão programados para ocorrer em Natal no mês de setembro, ambos com impactos profundos e diretos no nosso turismo: a Meia Maratona do Sol e o Congresso Brasileiro de Oftalmologia. Juntos, estes dois eventos devem movimentar cerca de R\$ 18 milhões.

Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25 – BLOG DO WASHINGTON– Rio Grande do Norte – 23/06/2021

Link

<https://blogdowashington.com.br/sob-a-lideranca-da-fecomercio-rn-setor-de-eventos-e-liberado-e-comeca-retomada-a-partir-desta-sexta-feira-25/>

Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25

Após articulação entre representantes do setor de eventos, liderados pelo presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, e do Governo do Estado, foi selado o entendimento para os primeiros passos da retomada deste segmento econômico, um dos mais importantes da cadeia turística e que vem sofrendo há meses com uma crise sem precedentes. As regras constam em decreto publicado hoje, 23, no Diário Oficial do Estado. No documento, as atuais medidas relativas ao funcionamento do setor produtivo foram prorrogadas, com ajustes no toque de recolher, que passa a valer das 23h às 5h.

Na prática, será seguido o Plano de Retomada, elaborado no mês de abril pelas áreas técnicas da Fecomércio e do Senac RN e cujo detalhamento contou com a colaboração de vários empreendedores dos setores envolvidos. O resultado foi um documento que mereceu elogios do Comitê Científico do Estado e dos técnicos da Secretaria de Saúde (Sesap).

O Plano contempla toda a cadeia de eventos, casas de recepção, buffets, teatros e afins e sugere a liberação paulatina, tomando por base percentuais crescentes da capacidade total de cada estabelecimento ou espaço onde irá ser realizado o evento ou atração.

O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, destacou o trabalho em conjunto com os empreendedores e a relevância deste passo para a economia potiguar. “Nós sempre pontuamos a grande importância que o setor de serviços e o de turismo têm para o contexto econômico do nosso estado. E acompanhamos de muito perto o drama vivido pelas empresas de eventos que, além de estarem paradas há meses, sequer conseguiam vislumbrar um cenário de retomada que lhe permitisse um mínimo de planejamento. Por isso, partimos para produzir este plano e tomar a frente da negociação com o Governo do Estado. Neste esforço, tivemos a participação crucial de vários empreendedores do setor de eventos, gente que vive o dia a dia, que sente as dores da crise. Foi com este espírito de união e com muito bom senso, equilíbrio e, acima de tudo, um diálogo respeitoso, que conseguimos avançar e chegar a este momento de hoje”, diz Queiroz.

Ele também destaca um outro avanço importante nas negociações para a retomada, que diz respeito aos parâmetros de avaliação do cenário da Covid19, que servirão de balizamento para referendar ou não cada evolução das taxas de ocupação dos espaços. “Ao invés da taxa de ocupação de leitos de UTI, será usado o Indicador Composto, publicado semanalmente pela Sesap e que monitora a situação da doença, considerando diversos parâmetros, município por município, classificando-os em cores que vão do verde (melhor situação) ao vermelho (pior situação), passando por amarelo e laranja. Com isso, haverá uma setorização permitindo, por exemplo, que um município com melhores números possa avançar e outro onde haja algum retrocesso espere um pouco mais”, diz ele.

Entenda como a retomada irá evoluir

A primeira etapa terá início na sexta-feira, 25, e estipula o percentual de 20% da capacidade dos estabelecimentos, considerando eventos corporativos, técnicos, científicos e convenções, bem como cinemas, museus, teatros, circos, parques de diversões e afins. Este percentual vai evoluindo a cada 15 dias, na seguinte sequência: 20%, 40%, 60%, 80% e 100%.

Haverá ainda uma limitação a 150 pessoas na fase 1, 300 na fase 2, 450 na fase 3 e 600 na fase 4. A partir daí, acabam as limitações e será possível utilizar 100% da capacidade dos espaços. Desta forma, o estado alcançará a plenitude do funcionamento destes segmentos em 20 de agosto.

A única exceção neste momento será para os eventos de massa, sociais, recreativos e similares, que terão o início da flexibilização em 23 de julho, com 20% da capacidade dos espaços ou 150 pessoas (o que for menor). A partir daí o segmento segue a mesma evolução, sempre a cada 15 dias. Outro detalhe importante é que, dentro da adoção do “Indicador Composto”, os eventos estarão liberados para os municípios que estiverem na faixa verde, com exceção dos corporativos, que também poderão ser realizados em municípios que estejam na faixa amarela.

Os primeiros passos da retomada devem ser particularmente importantes para dois grandes eventos que estão programados para ocorrer em Natal no mês de setembro, ambos com impactos profundos e diretos no nosso turismo: a Meia Maratona do Sol e o Congresso Brasileiro de Oftalmologia. Juntos, estes dois eventos devem movimentar cerca de R\$ 18 milhões.

Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25 – BLOG DO FM– Rio Grande do Norte – 23/06/2021

Link

<https://blog.flaviomarinho.com.br/sob-a-lideranca-da-fecomercio-rn-setor-de-eventos-e-liberado-e-comeca-retomada-a-partir-desta-sexta-feira/>

Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira

Após articulação entre representantes do setor de eventos, liderados pelo presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, e do Governo do Estado, foi selado o entendimento para os primeiros passos da retomada deste segmento econômico, um dos mais importantes da cadeia turística e que vem sofrendo há meses com uma crise sem precedentes. As regras constam em decreto publicado hoje, 23, no Diário Oficial do Estado. No documento, as atuais medidas relativas ao funcionamento do setor produtivo foram prorrogadas, com ajustes no toque de recolher, que passa a valer das 23h às 5h.

Na prática, será seguido o Plano de Retomada, elaborado no mês de abril pelas áreas técnicas da Fecomércio e do Senac RN e cujo detalhamento contou com a colaboração de vários empreendedores dos setores envolvidos. O resultado foi um documento que mereceu elogios do Comitê Científico do Estado e dos técnicos da Secretaria de Saúde (Sesap).

O Plano contempla toda a cadeia de eventos, casas de recepção, buffets, teatros e afins e sugere a liberação paulatina, tomando por base percentuais crescentes da capacidade total de cada estabelecimento ou espaço onde irá ser realizado o evento ou atração.

O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, destacou o trabalho em conjunto com os empreendedores e a relevância deste passo para a economia potiguar. “Nós sempre pontuamos a grande importância que o setor de serviços e o de turismo têm para o contexto econômico do nosso estado. E acompanhamos de muito perto o drama vivido pelas empresas de eventos que, além de estarem paradas há meses, sequer conseguiam vislumbrar um cenário de retomada que lhe permitisse um mínimo de planejamento. Por isso, partimos para produzir este plano e tomar a frente da negociação com o Governo do Estado. Neste esforço, tivemos a participação crucial de vários empreendedores do setor de eventos, gente que vive o dia a dia, que sente as dores da crise. Foi com este espírito de união e com muito bom senso, equilíbrio e, acima de tudo, um diálogo respeitoso, que conseguimos avançar e chegar a este momento de hoje”, diz Queiroz.

Ele também destaca um outro avanço importante nas negociações para a retomada, que diz respeito aos parâmetros de avaliação do cenário da Covid19, que servirão de balizamento para referendar ou não cada evolução das taxas de ocupação dos espaços. “Ao invés da taxa de ocupação de leitos de UTI, será usado o Indicador Composto, publicado semanalmente pela Sesap e que monitora a situação da doença, considerando diversos parâmetros, município por município, classificando-os em cores que vão do verde (melhor situação) ao vermelho (pior situação), passando por amarelo e laranja. Com isso, haverá uma setorização permitindo, por exemplo, que um município com melhores números possa avançar e outro onde haja algum retrocesso espere um pouco mais”, diz ele.

Entenda como a retomada irá evoluir

A primeira etapa terá início na sexta-feira, 25, e estipula o percentual de 20% da capacidade dos estabelecimentos, considerando eventos corporativos, técnicos, científicos e convenções, bem como cinemas, museus, teatros, circos, parques de diversões e afins. Este percentual vai evoluindo a cada 15 dias, na seguinte sequência: 20%, 40%, 60%, 80% e 100%.

Haverá ainda uma limitação a 150 pessoas na fase 1, 300 na fase 2, 450 na fase 3 e 600 na fase 4. A partir daí, acabam as limitações e será possível utilizar 100% da capacidade dos espaços. Desta forma, o estado alcançará a plenitude do funcionamento destes segmentos em 20 de agosto.

A única exceção neste momento será para os eventos de massa, sociais, recreativos e similares, que terão o início da flexibilização em 23 de julho, com 20% da capacidade dos espaços ou 150 pessoas (o que for menor). A partir daí o segmento segue a mesma evolução, sempre a cada 15 dias. Outro detalhe importante é que, dentro da adoção do “Indicador Composto”, os eventos estarão liberados para os municípios que estiverem na faixa verde, com exceção dos corporativos, que também poderão ser realizados em municípios que estejam na faixa amarela.

Os primeiros passos da retomada devem ser particularmente importantes para dois grandes eventos que estão programados para ocorrer em Natal no mês de setembro, ambos com impactos profundos e diretos no nosso turismo: a Meia Maratona do Sol e o Congresso Brasileiro de Oftalmologia. Juntos, estes dois eventos devem movimentar cerca de R\$ 18 milhões.

Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25 – BLOG ANTENADO – Rio Grande do Norte – 23/06/2021

Link	https://blogantenido.com/setor-de-eventos-retoma-a-partir-desta-sexta-feira-25-taxa-de-ocupacao-dos-espacos-sera-paulatina-e-seguira-plano-elaborado-pela-fecomercio/
------	---

Setor de eventos retoma a partir desta sexta-feira, 25; taxa de ocupação dos espaços será paulatina e seguirá plano elaborado pela Fecomércio

Após articulação entre representantes do setor de eventos, liderados pelo presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, e do Governo do Estado, foi selado o entendimento para os primeiros passos da retomada deste segmento econômico, um dos mais importantes da cadeia turística e que vem sofrendo há meses com uma crise sem precedentes. As regras constam em decreto publicado hoje, 23, no Diário Oficial do Estado. No documento, as atuais medidas relativas ao funcionamento do setor produtivo foram prorrogadas, com ajustes no toque de recolher, que passa a valer das 23h às 5h.

Na prática, será seguido o Plano de Retomada, elaborado no mês de abril pelas áreas técnicas da Fecomércio e do Senac RN e cujo detalhamento contou com a colaboração de vários empreendedores dos setores envolvidos. O resultado foi um documento que mereceu elogios do Comitê Científico do Estado e dos técnicos da Secretaria de Saúde (Sesap).

O Plano contempla toda a cadeia de eventos, casas de recepção, buffets, teatros e afins e sugere a liberação paulatina, tomando por base percentuais crescentes da capacidade total de cada estabelecimento ou espaço onde irá ser realizado o evento ou atração.

O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, destacou o trabalho em conjunto com os empreendedores e a relevância deste passo para a economia potiguar. “Nós sempre pontuamos a grande importância que o setor de serviços e o de turismo têm para o contexto econômico do nosso estado. E acompanhamos de muito perto o drama vivido pelas empresas de eventos que, além de estarem paradas há meses, sequer conseguiam vislumbrar um cenário de retomada que lhe permitisse um mínimo de planejamento. Por isso, partimos para produzir este plano e tomar a frente da negociação com o Governo do Estado. Neste esforço, tivemos a participação crucial de vários empreendedores do setor de eventos, gente que vive o dia a dia, que sente as dores da crise. Foi com este espírito de união e com muito bom senso, equilíbrio e, acima de tudo, um diálogo respeitoso, que conseguimos avançar e chegar a este momento de hoje”, diz Queiroz.

Ele também destaca um outro avanço importante nas negociações para a retomada, que diz respeito aos parâmetros de avaliação do cenário da Covid19, que servirão de balizamento para referendar ou não cada evolução das taxas de ocupação dos espaços. “Ao invés da taxa de ocupação de leitos de UTI, será usado o Indicador Composto, publicado semanalmente pela Sesap e que monitora a situação da doença, considerando diversos parâmetros, município por município, classificando-os em cores que vão do verde (melhor situação) ao vermelho (pior situação), passando por amarelo e laranja. Com isso, haverá uma setorização permitindo, por exemplo, que um município com melhores números possa avançar e outro onde haja algum retrocesso espere um pouco mais”, diz ele.

Entenda como a retomada irá evoluir

A primeira etapa terá início na sexta-feira, 25, e estipula o percentual de 20% da capacidade dos estabelecimentos, considerando eventos corporativos, técnicos, científicos e convenções, bem como cinemas, museus, teatros, circos, parques de diversões e afins. Este percentual vai evoluindo a cada 15 dias, na seguinte sequência: 20%, 40%, 60%, 80% e 100%.

Haverá ainda uma limitação a 150 pessoas na fase 1, 300 na fase 2, 450 na fase 3 e 600 na fase 4. A partir daí, acabam as limitações e será possível utilizar 100% da capacidade dos espaços. Desta forma, o estado alcançará a plenitude do funcionamento destes segmentos em 20 de agosto.

A única exceção neste momento será para os eventos de massa, sociais, recreativos e similares, que terão o início da flexibilização em 23 de julho, com 20% da capacidade dos espaços ou 150 pessoas (o que for menor). A partir daí o segmento segue a mesma evolução, sempre a cada 15 dias. Outro detalhe importante é que, dentro da adoção do “Indicador Composto”, os eventos estarão liberados para os municípios que estiverem na faixa verde, com exceção dos corporativos, que também poderão ser realizados em municípios que estejam na faixa amarela.

Os primeiros passos da retomada devem ser particularmente importantes para dois grandes eventos que estão programados para ocorrer em Natal no mês de setembro, ambos com impactos profundos e diretos no nosso turismo: a Meia Maratona do Sol e o Congresso Brasileiro de Oftalmologia. Juntos, estes dois eventos devem movimentar cerca de R\$ 18 milhões.

Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25 – SENADINHO MACAÍBA – Rio Grande do Norte – 23/06/2021

Link	https://senadinhomacaiba.com.br/sob-a-lideranca-da-fecomercio-rn-setor-de-eventos-e-liberado-e-comeca-retomada-a-partir-desta-sexta-feira-25/
------	---

Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25

Taxa de ocupação dos espaços será paulatina e seguirá plano elaborado pela entidade, em conjunto com empreendedores dos segmentos envolvidos

Após articulação entre representantes do setor de eventos, liderados pelo presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, e do Governo do Estado, foi selado o entendimento para os primeiros passos da retomada deste segmento econômico, um dos mais importantes da cadeia turística e que vem sofrendo há meses com uma crise sem precedentes. As regras constam em decreto publicado hoje, 23, no Diário Oficial do Estado. No documento, as atuais medidas relativas ao funcionamento do setor produtivo foram prorrogadas, com ajustes no toque de recolher, que passa a valer das 23h às 5h.

Na prática, será seguido o Plano de Retomada, elaborado no mês de abril pelas áreas técnicas da Fecomércio e do Senac RN e cujo detalhamento contou com a colaboração de vários empreendedores dos setores envolvidos. O resultado foi um documento que mereceu elogios do Comitê Científico do Estado e dos técnicos da Secretaria de Saúde (Sesap).

O Plano contempla toda a cadeia de eventos, casas de recepção, buffets, teatros e afins e sugere a liberação paulatina, tomando por base percentuais crescentes da capacidade total de cada estabelecimento ou espaço onde irá ser realizado o evento ou atração.

O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, destacou o trabalho em conjunto com os empreendedores e a relevância deste passo para a economia potiguar. “Nós sempre pontuamos a grande importância que o setor de serviços e o de turismo têm para o contexto econômico do nosso estado. E acompanhamos de muito perto o drama vivido pelas empresas de eventos que, além de estarem paradas há meses, sequer conseguiam vislumbrar um cenário de retomada que lhe permitisse um mínimo de planejamento. Por isso, partimos para produzir este plano e tomar a frente da negociação com o Governo do Estado. Neste esforço, tivemos a participação crucial de vários empreendedores do setor de eventos, gente que vive o dia a dia, que sente as dores da crise. Foi com este espírito de união e com muito bom senso, equilíbrio e, acima de tudo, um diálogo respeitoso, que conseguimos avançar e chegar a este momento de hoje”, diz Queiroz.

Ele também destaca um outro avanço importante nas negociações para a retomada, que diz respeito aos parâmetros de avaliação do cenário da Covid19, que servirão de balizamento para referendar ou não cada evolução das taxas de ocupação dos espaços. “Ao invés da taxa de ocupação de leitos de UTI, será usado o Indicador Composto, publicado semanalmente pela Sesap e que monitora a situação da doença, considerando diversos parâmetros, município por município, classificando-os em cores que vão do verde (melhor situação) ao vermelho (pior situação), passando por amarelo e laranja. Com isso, haverá uma setorização permitindo, por exemplo, que um município com melhores números possa avançar e outro onde haja algum retrocesso espere um pouco mais”, diz ele.

Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25 – TRIBUNA DE NOTÍCIAS – Rio Grande do Norte – 23/06/2021

Link

<http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/06/sob-lideranca-da-fecomercio-rn-setor-de.html?m=1>

SOB A LIDERANÇA DA FECOMÉRCIO RN, SETOR DE EVENTOS É LIBERADO E COMEÇA RETOMADA A PARTIR DESTA SEXTA-FEIRA, 25

Após articulação entre representantes do setor de eventos, liderados pelo presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, e do Governo do Estado, foi selado o entendimento para os primeiros passos da retomada deste segmento econômico, um dos mais importantes da cadeia turística e que vem sofrendo há meses com uma crise sem precedentes. As regras constam em decreto publicado hoje, 23, no Diário Oficial do Estado. No documento, as atuais medidas relativas ao funcionamento do setor produtivo foram prorrogadas, com ajustes no toque de recolher, que passa a valer das 23h às 5h.

Na prática, será seguido o Plano de Retomada, elaborado no mês de abril pelas áreas técnicas da Fecomércio e do Senac RN e cujo detalhamento contou com a colaboração de vários empreendedores dos setores envolvidos. O resultado foi um documento que mereceu elogios do Comitê Científico do Estado e dos técnicos da Secretaria de Saúde (Sesap).

O Plano contempla toda a cadeia de eventos, casas de recepção, buffets, teatros e afins e sugere a liberação paulatina, tomando por base percentuais crescentes da capacidade total de cada estabelecimento ou espaço onde irá ser realizado o evento ou atração.

O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, destacou o trabalho em conjunto com os empreendedores e a relevância deste passo para a economia potiguar. “Nós sempre pontuamos a grande importância que o setor de serviços e o de turismo têm para o contexto econômico do nosso estado. E acompanhamos de muito perto o drama vivido pelas empresas de eventos que, além de estarem paradas há meses, sequer conseguiam vislumbrar um cenário de retomada que lhe permitisse um mínimo de planejamento. Por isso, partimos para produzir este plano e tomar a frente da negociação com o Governo do Estado. Neste esforço, tivemos a participação crucial de vários empreendedores do setor de eventos, gente que vive o dia a dia, que sente as dores da crise. Foi com este espírito de união e com muito bom senso, equilíbrio e, acima de tudo, um diálogo respeitoso, que conseguimos avançar e chegar a este momento de hoje”, diz Queiroz.

Ele também destaca um outro avanço importante nas negociações para a retomada, que diz respeito aos parâmetros de avaliação do cenário da Covid19, que servirão de balizamento para referendar ou não cada evolução das taxas de ocupação dos espaços. “Ao invés da taxa de ocupação de leitos de UTI, será usado o Indicador Composto, publicado semanalmente pela Sesap e que monitora a situação da doença, considerando diversos parâmetros, município por município, classificando-os em cores que vão do verde (melhor situação) ao vermelho (pior situação), passando por amarelo e laranja. Com isso, haverá uma setorização permitindo, por exemplo, que um município com melhores números possa avançar e outro onde haja algum retrocesso espere um pouco mais”, diz ele.

Entenda como a retomada irá evoluir

A primeira etapa terá início na sexta-feira, 25, e estipula o percentual de 20% da capacidade dos estabelecimentos, considerando eventos corporativos, técnicos, científicos e convenções, bem como cinemas, museus, teatros, circos, parques de diversões e afins. Este percentual vai evoluindo a cada 15 dias, na seguinte sequência: 20%, 40%, 60%, 80% e 100%.

Haverá ainda uma limitação a 150 pessoas na fase 1, 300 na fase 2, 450 na fase 3 e 600 na fase 4. A partir daí, acabam as limitações e será possível utilizar 100% da capacidade dos espaços. Desta forma, o estado alcançará a plenitude do funcionamento destes segmentos em 20 de agosto.

A única exceção neste momento será para os eventos de massa, sociais, recreativos e similares, que terão o início da flexibilização em 23 de julho, com 20% da capacidade dos espaços ou 150 pessoas (o que for menor). A partir daí o segmento segue a mesma evolução, sempre a cada 15 dias. Outro detalhe importante é que, dentro da adoção do “Indicador Composto”, os eventos estarão liberados para os municípios que estiverem na faixa verde, com exceção dos corporativos, que também poderão ser realizados em municípios que estejam na faixa amarela.

Os primeiros passos da retomada devem ser particularmente importantes para dois grandes eventos que estão programados para ocorrer em Natal no mês de setembro, ambos com impactos profundos e diretos no nosso turismo: a Meia Maratona do Sol e o Congresso Brasileiro de Oftalmologia. Juntos, estes dois eventos devem movimentar cerca de R\$ 18 milhões.

Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25 – GUSTAVO NEGREIROS – Rio Grande do Norte – 23/06/2021

Link

<https://gustavonegreiros.com.br/2021/06/23/sob-a-lideranca-da-fecomercio-rn-setor-de-eventos-e-liberado-e-comeca-retomada-a-partir-desta-sexta-feira-25>

Sob a liderança da Fecomércio RN, setor de eventos é liberado e começa retomada a partir desta sexta-feira, 25

Após articulação entre representantes do setor de eventos, liderados pelo presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, e do Governo do Estado, foi selado o entendimento para os primeiros passos da retomada deste segmento econômico, um dos mais importantes da cadeia turística e que vem sofrendo há meses com uma crise sem precedentes. As regras constam em decreto publicado hoje, 23, no Diário Oficial do Estado. No documento, as atuais medidas relativas ao funcionamento do setor produtivo foram prorrogadas, com ajustes no toque de recolher, que passa a valer das 23h às 5h.

Na prática, será seguido o Plano de Retomada, elaborado no mês de abril pelas áreas técnicas da Fecomércio e do Senac RN e cujo detalhamento contou com a colaboração de vários empreendedores dos setores envolvidos. O resultado foi um documento que mereceu elogios do Comitê Científico do Estado e dos técnicos da Secretaria de Saúde (Sesap).

O Plano contempla toda a cadeia de eventos, casas de recepção, buffets, teatros e afins e sugere a liberação paulatina, tomando por base percentuais crescentes da capacidade total de cada estabelecimento ou espaço onde irá ser realizado o evento ou atração.

O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, destacou o trabalho em conjunto com os empreendedores e a relevância deste passo para a economia potiguar. “Nós sempre pontuamos a grande importância que o setor de serviços e o de turismo têm para o contexto econômico do nosso estado. E acompanhamos de muito perto o drama vivido pelas empresas de eventos que, além de estarem paradas há meses, sequer conseguiam vislumbrar um cenário de retomada que lhe permitisse um mínimo de planejamento. Por isso, partimos para produzir este plano e tomar a frente da negociação com o Governo do Estado. Neste esforço, tivemos a participação crucial de vários empreendedores do setor de eventos, gente que vive o dia a dia, que sente as dores da crise. Foi com este espírito de união e com muito bom senso, equilíbrio e, acima de tudo, um diálogo respeitoso, que conseguimos avançar e chegar a este momento de hoje”, diz Queiroz.

Ele também destaca um outro avanço importante nas negociações para a retomada, que diz respeito aos parâmetros de avaliação do cenário da Covid19, que servirão de balizamento para referendar ou não cada evolução das taxas de ocupação dos espaços. “Ao invés da taxa de ocupação de leitos de UTI, será usado o Indicador Composto, publicado semanalmente pela Sesap e que monitora a situação da doença, considerando diversos parâmetros, município por município, classificando-os em cores que vão do verde (melhor situação) ao vermelho (pior situação), passando por amarelo e laranja. Com isso, haverá uma setorização permitindo, por exemplo, que um município com melhores números possa avançar e outro onde haja algum retrocesso espere um pouco mais”, diz ele.

Entenda como a retomada irá evoluir

A primeira etapa terá início na sexta-feira, 25, e estipula o percentual de 20% da capacidade dos estabelecimentos, considerando eventos corporativos, técnicos, científicos e convenções, bem como cinemas, museus, teatros, circos, parques de diversões e afins. Este percentual vai evoluindo a cada 15 dias, na seguinte sequência: 20%, 40%, 60%, 80% e 100%.

Haverá ainda uma limitação a 150 pessoas na fase 1, 300 na fase 2, 450 na fase 3 e 600 na fase 4. A partir daí, acabam as limitações e será possível utilizar 100% da capacidade dos espaços. Desta forma, o estado alcançará a plenitude do funcionamento destes segmentos em 20 de agosto.

A única exceção neste momento será para os eventos de massa, sociais, recreativos e similares, que terão o início da flexibilização em 23 de julho, com 20% da capacidade dos espaços ou 150 pessoas (o que for menor). A partir daí o segmento segue a mesma evolução, sempre a cada 15 dias. Outro detalhe importante é que, dentro da adoção do “Indicador Composto”, os eventos estarão liberados para os municípios que estiverem na faixa verde, com exceção dos corporativos, que também poderão ser realizados em municípios que estejam na faixa amarela.

Os primeiros passos da retomada devem ser particularmente importantes para dois grandes eventos que estão programados para ocorrer em Natal no mês de setembro, ambos com impactos profundos e diretos no nosso turismo: a Meia Maratona do Sol e o Congresso Brasileiro de Oftalmologia. Juntos, estes dois eventos devem movimentar cerca de R\$ 18 milhões.

Link

<https://www.versatilnews.com.br/2021/06/fecomercio-industria-e-servicos-travam-disputa-para-reduzir-cobranca-de-impostos-na-reforma-tributaria/>

Fecomercio: Indústria e serviços travam disputa para reduzir cobrança de impostos na reforma tributária

A fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, acenando com a possibilidade de a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) – o tributo proposto pelo governo para substituir PIS e Cofins – ter uma alíquota mais alta para a indústria do que para serviços e comércio jogou lenha na fogueira da disputa para ver quem vai pagar menos imposto na proposta de reforma tributária em negociação no Congresso.

Os ânimos estão mais acirrados porque o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), sinalizou na semana passada que quer tocar a votação do texto mais rapidamente e em conjunto com o projeto que trata de uma reformulação do Imposto de Renda – que deverá ser enviado ao Congresso nos próximos dias.

A CBS é um tributo proposto por Guedes nos moldes do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O projeto foi enviado pelo governo no final do ano passado com uma alíquota única de 12%. Tanto indústria como serviços acham que o valor está alto e que pagam mais do que outro, alimentando uma disputa histórica. Ninguém quer ser surpreendido na Câmara. Resultado: a articulação política com os deputados se intensificou nos últimos dias.

Guedes também tem se reunido, nas últimas semanas, com empresários para sentir o termômetro da reforma e ainda para buscar apoio ao programa que cria o Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) e o Bônus de Incentivo à Qualificação (BIQ), com pagamento de R\$ 600 por mês a jovens e trabalhadores informais. Metade desse valor seria financiada pelas empresas, enquanto a outra metade o ministro quer pagar em conjunto com o Sistema S para treinar 2 milhões de trabalhadores.

O presidente da Central Brasileira de Serviços (Cebrasse), João Diniz, disse que a CBS, com a unificação do PIS e Cofins, é um tributo que pega em cheio o setor e a alíquota de 12% significaria um aumento muito grande de carga tributária. “Vai significar quebraadeira. O setor de serviços não aguenta mais esse tipo de jogo que vem sendo jogado, com a conta estourando no nosso colo”.

Para o presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese, a tramitação da CBS não pode andar sem uma definição sobre a desoneração da folha de pagamentos, ou seja, redução dos encargos que as empresas pagam sobre os salários dos funcionários – proposta que perdeu força nos debates recentes. Segundo Nese, o setor defende a desoneração da folha de pagamentos com a recriação da CPMF e também o programa de treinamento. No encontro com Guedes, o ministro explicou os planos de chamar o Sistema S para colaborar com a proposta. “O sistema S tem de trabalhar para treinar pessoas, e não para fazer prédios”, criticou Nese.

Já o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, rebateu o setor de serviços e disse que a indústria é quem mais paga, segundo ele, na contramão do que acontece nos Estados Unidos, Europa e Ásia. A CNI não concorda com a alíquota maior para indústria da CBS. "A CNI é a favor de uma reforma ampla, que dê mais segurança jurídica e crie mais equilíbrio na economia", disse. Segundo ele, a indústria paga 32% dos impostos federais e 41% dos estaduais. "É um absurdo", afirmou, acrescentando que é mais fácil cobrar os tributos da indústria. E que esse quadro beneficia mais a camada mais rica que consome mais serviços.

Link	https://gustavonegreiros.com.br/2021/06/22/cnc-aponta-melhorias-no-mercado-de-trabalho-e-retomada-no-consumo
------	---

CNC aponta melhorias no mercado de trabalho e retomada no consumo

O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF), divulgado na segunda-feira (21) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), ficou em 67,5 pontos, revelando alta de 2,1% em junho, considerando o ajuste sazonal.

De acordo com a CNC, apesar do aumento, esse foi o menor nível desde agosto de 2020 (66,2 pontos) e o pior junho da série histórica iniciada em 2010. Em comparação a junho do ano passado, o ICF baixou 2,6%.

A economista da CNC responsável pela pesquisa, Catarina Carneiro da Silva, disse a Agência Brasil que todos os indicadores tiveram crescimento. “Todos eles colaboraram de alguma forma”. Apontou que as famílias registraram expectativas positivas sobre o mercado de trabalho tanto no curto quanto no longo prazo, o que permitiu a retomada no consumo. O ICF de junho repetiu o número obtido em maio, mas teve uma melhora em função do ajuste sazonal, explicou a economista. Catarina chamou a atenção para a parte do emprego, que foi o maior indicador do mês. “Tanto o emprego atual, como em perspectiva profissional tiveram aumento”.

Segundo ela, isso tem a ver com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) que estão vindo positivos nos últimos meses. “ Isso está animando os consumidores e a renda atual também, que teve crescimento com o auxílio emergencial, que está sendo disponibilizado e está amenizando as dificuldades das famílias, incentivando o consumo”.

Retomada

O indicador de renda atual cresceu 1,5% no mês, mesmo atingindo seu menor nível histórico (74,2 pontos). Por outro lado, o indicador de perspectiva de consumo (64,3 pontos), que apresentou o maior avanço em junho (+6,5%), teve redução na percepção de menor expectativa de compra (56,9 pontos). Enquanto isso, o indicador de emprego atual permaneceu como o maior índice do mês (86,4 pontos), seguido por perspectiva profissional, com 76,3 pontos.

Para que haja uma retomada do consumo, Catarina Carneiro da Silva afirmou que a população precisa estar totalmente vacinada. “Para reativar totalmente o consumo, as pessoas que estão inseguras para sair precisam estar vacinadas e precisam estar seguras também em relação à economia, ter seu emprego e seu salário normalizado. Só com vacinação que tudo vai se normalizar e as pessoas vão poder consumir tanto quanto gostariam”, sinalizou.

De acordo com a pesquisa da CNC, do total de 18 mil famílias consultadas, a maioria dos entrevistados (43,2%) apontou que a renda de sua família piorou em relação ao ano passado, contra 42,9% no mês anterior e 37,9% em junho de 2020. No entanto, com o ajuste de sazonalidade, o índice apresentou crescimento de 1,5%. A maior parte dos entrevistados (35,5%) respondeu que se sente tão segura com seu emprego quanto no ano passado, maior percentual da série histórica e uma proporção acima do mês anterior (34,3%) e do que em junho passado (31,3%). Ao contrário de maio passado, quando o item havia sido destaque negativo, em junho o tema voltou a ser o maior marco do mês.

Catarina lembrou que a pandemia começou no Brasil em março de 2020 e, em junho, o país já estava com problemas no mercado de trabalho. “Então, é uma melhora mas, de qualquer maneira, bom mesmo seria quando chegasse na parte mais segura”. Disse que, em fevereiro, a maior parte das famílias se sentia insegura. De março em diante, essa parcela passou a se tornar mais segura e maior. “Ou seja, a gente já está melhorando. Desde então essa parcela vem melhorando e se sobressaindo. O mercado de trabalho está se fortalecendo e puxando o consumo”.

Hotéis e restaurantes têm queda histórica de 44% no faturamento e 397 mil de empregos perdidos; setor prevê recuperação plena somente em 2023 – BLOG DA JULISKA – Rio Grande do Norte – 22/06/2021

Link	https://www.blogdajuliska.com.br/hoteis-e-restaurantes-tem-queda-historica-de-44-no-faturamento-e-397-mil-de-empregos-perdidos-setor-preve-recuperacao-plena-somente-em-2023
------	---



Hotéis e restaurantes têm queda histórica de 44% no faturamento e 397 mil de empregos perdidos; setor prevê recuperação plena somente em 2023

Um dos setores mais afetados pelas restrições impostas na pandemia, o Turismo e Hospitalidade (serviço que envolve recepção, acomodação, alimentos e bebidas) sofreu uma queda histórica de 44,8% na arrecadação, entre em 2020, com relação ao ano anterior.

Os dados são de uma pesquisa da Confederação Nacional do Comércio (CNC) mostrando que entre março de 2020 e janeiro de 2021 o setor amargou prejuízos que chegaram a mais de R\$ 274 bilhões. "Foram cerca de 350 mil estabelecimentos fechados desde o início da pandemia. Estamos falando do Turismo e Hospitalidades, área que gera cerca de 7,4 milhões de empregos diretos e indiretos, que é responsável por 7,7% do Produto Interno Bruto no Brasil e que precisa de apoio para se reerguer", afirma Alexandre Sampaio, presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA).

Para Sampaio, apesar da crise histórica, as férias no meio do ano podem ajudar na reação do setor. O empresário acredita que regiões onde a temperatura de julho é mais amena, como Nordeste, ajudam na recuperação do turismo de lazer. "Atrelado a isso, viagens e hospedagens relacionadas a petróleo, fronteiras agrícolas, mineração e geração de energia já estão bem aquecidos. E temos ainda o turismo interno como uma forte tendência nos próximos anos, o que ajuda na recuperação do setor. Mas a recuperação total dos prejuízos só em 2023", avalia.

De acordo com a Contratuh, confederação que representa mais de quatro milhões de trabalhadores no Turismo e Hospitalidade no Brasil, os números do desemprego também atingiram marcas históricas. " Fizemos vários acordos para mitigar esses números, dialogamos com o setor empresarial por alterações nas convenções e acordos coletivos que reduzissem os números de demissões, mas infelizmente ainda tivemos cerca de 397 mil postos de trabalho perdidos, de acordo com nosso levantamento junto ao CAGED", diz Wilson Pereira, presidente da confederação.

Wilson Pereira fala ainda da segurança dos trabalhadores, além das questões empregatícias e econômicas. "Além da preocupação em manter empregos, também visamos a segurança de quem está trabalhando. Entidades filiadas estão sempre fiscalizando locais de trabalho e enviamos vários ofícios aos chefes do Congresso Nacional e à Presidência da República para priorizar nosso setor na vacinação, visto o nível de exposição que esses profissionais enfrentam", reforça.

Endividamento do setor é o maior desafio

Outro desafio para reaquecer o setor de Turismo e Hospitalidade é como lidar com o endividamento dos estabelecimentos. Segundo Paulo Solmucci, presidente da Abrasel (associação de bares e restaurantes), 73% dos bares e restaurantes no Brasil estão com dívidas de aluguel, impostos e empréstimos bancários. "Essa situação de endividamento irá demorar de dois a cinco anos para voltar à normalidade. Entramos com ações de reparação nos 275 municípios que atuamos, em todos os estados. Queremos que os governadores e prefeitos reconheçam que o setor pagou uma conta injusta e desproporcional. O fato é que puseram restrições e fechamentos que provocaram perdas imensuráveis, e precisamos de reparos para reduzir esses danos, a exemplo do que ocorre nos EUA e na Europa", explica.

Solmucci alerta ainda para a questão da mão de obra qualificada, que avalia ser bem escassa. "Já estamos com dificuldade de achar profissionais qualificados, com o mercado voltando a ficar aquecido no segundo semestre. Várias pessoas que trabalhavam no setor migraram para outras áreas, o que prejudicou a busca por esses profissionais".

Para a Contratuh, o desafio de gerar emprego qualificado passa pela união de todas as entidades envolvidas. "Nossas entidades oferecem cursos, mas não é o bastante para a demanda. Vamos conversar com a CNC e com outras entidades de representação patronal para criarmos uma força tarefa conjunta de qualificação, visando os setores que mais precisam de profissionais. Assim, todos iremos ganhar, com geração de emprego, renda e aumento na receita", esclarece Wilson Pereira.

PESQUISA CNC: Hotéis e restaurantes têm queda histórica de 44% no faturamento e 397 mil de empregos perdidos. Setor prevê recuperação plena somente em 2023 – BLOG DO BG – Rio Grande do Norte – 22/06/2021

Link	https://www.blogdobg.com.br/pesquisa-cnc-hotéis-e-restaurantes-tem-queda-historica-de-44-no-faturamento-e-397-mil-de-empregos-perdidos-setor-preve-recuperacao-plena-somente-em-2023/
------	---

PESQUISA CNC: Hotéis e restaurantes têm queda histórica de 44% no faturamento e 397 mil de empregos perdidos. Setor prevê recuperação plena somente em 2023

Um dos setores mais afetados pelas restrições impostas na pandemia, o Turismo e Hospitalidade (serviço que envolve recepção, acomodação, alimentos e bebidas) sofreu uma queda histórica de 44,8% na arrecadação, entre em 2020, com relação ao ano anterior.

Os dados são de uma pesquisa da Confederação Nacional do Comércio (CNC) mostrando que entre março de 2020 e janeiro de 2021 o setor amargou prejuízos que chegaram a mais de R\$ 274 bilhões. “Foram cerca de 350 mil estabelecimentos fechados desde o início da pandemia. Estamos falando do Turismo e Hospitalidades, área que gera cerca de 7,4 milhões de empregos diretos e indiretos, que é responsável por 7,7% do Produto Interno Bruto no Brasil e que precisa de apoio para se reerguer”, afirma Alexandre Sampaio, presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA).

Para Sampaio, apesar da crise histórica, as férias no meio do ano podem ajudar na reação do setor. O empresário acredita que regiões onde a temperatura de julho é mais amena, como Nordeste, ajudam na recuperação do turismo de lazer. “Atrelado a isso, viagens e hospedagens relacionadas a petróleo, fronteiras agrícolas, mineração e geração de energia já estão bem aquecidos. E temos ainda o turismo interno como uma forte tendência nos próximos anos, o que ajuda na recuperação do setor. Mas a recuperação total dos prejuízos só em 2023”, avalia.

De acordo com a Contratuh, confederação que representa mais de quatro milhões de trabalhadores no Turismo e Hospitalidade no Brasil, os números do desemprego também atingiram marcas históricas. “Fizemos vários acordos para mitigar esses números, dialogamos com o setor empresarial por alterações nas convenções e acordos coletivos que reduzissem os números de demissões, mas infelizmente ainda tivemos cerca de 397 mil postos de trabalho perdidos, de acordo com nosso levantamento junto ao CAGED”, diz Wilson Pereira, presidente da confederação.

Wilson Pereira fala ainda da segurança dos trabalhadores, além das questões empregatícias e econômicas. “Além da preocupação em manter empregos, também visamos a segurança de quem está trabalhando. Entidades filiadas estão sempre fiscalizando locais de trabalho e enviamos vários ofícios aos chefes do Congresso Nacional e à Presidência da República para priorizar nosso setor na vacinação, visto o nível de exposição que esses profissionais enfrentam”, reforça.

Endividamento do setor é o maior desafio

Outro desafio para reaquecer o setor de Turismo e Hospitalidade é como lidar com o endividamento dos estabelecimentos. Segundo Paulo Solmucci, presidente da Abrasel (associação de bares e restaurantes), 73% dos bares e restaurantes no Brasil estão com dívidas de aluguel, impostos e empréstimos bancários. “Essa situação de endividamento irá demorar de dois a cinco anos para voltar à normalidade. Entramos com ações de reparação nos 275 municípios que atuamos, em todos os estados. Queremos que o governadores e prefeitos reconheçam que o setor pagou uma conta injusta e desproporcional. O fato é que puseram restrições e fechamentos que provocaram perdas imensuráveis, e precisamos de reparos para reduzir esses danos, a exemplo do que ocorre nos EUA e na Europa”, explica.

Solmucci alerta ainda para a questão da mão de obra qualificada, que avalia ser bem escassa. “Já estamos com dificuldade de achar profissionais qualificados, com o mercado voltando a ficar aquecido no segundo semestre. Várias pessoas que trabalhavam no setor migraram para outras áreas, o que prejudicou a busca por esses profissionais”.

Para a Contratuh, o desafio de gerar emprego qualificado passa pela união de todas as entidades envolvidas. “Nossas entidades oferecem cursos, mas não é o bastante para a demanda. Vamos conversar com a CNC e com outras entidades de representação patronal para criarmos uma força tarefa conjunta de qualificação, visando os setores que mais precisam de profissionais. Assim, todos iremos ganhar, com geração de emprego, renda e aumento na receita”, esclarece Wilson Pereira.

Link	https://www.jornalturismoeeventos.com.br/mtur-abre-prazo-para-parcerias-com-instituicoes-de-ensino-na-area-de-qualificacao/
------	---

MTur abre prazo para parcerias com instituições de ensino na área de qualificação

O Ministério do Turismo abriu nesta segunda-feira (21), o prazo para que instituições de ensino públicas, privadas e do Sistema S se tornem parceiras da Pasta na oferta de cursos de capacitação para o setor turístico. A iniciativa tem o objetivo de disponibilizar a trabalhadores do ramo formações a distância em idiomas estrangeiros, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e boas práticas em questões associadas à biossegurança. As inscrições seguem até 1º de novembro.

Se inscreva [aqui](#).

Veja o edital [aqui](#).



O ministro do Turismo, Gilson Machado Neto, destacou a importância da iniciativa para o aprimoramento do setor no momento de retomada. “Precisamos ampliar o leque de opções para que os nossos trabalhadores aprimorem os seus conhecimentos e apliquem eles em nosso setor. Temos a consciência de que um trabalhador qualificado resulta em uma maior atividade turística e, conseqüentemente, na geração de emprego e renda para o país. Instituições de ensino, venham participar conosco da capacitação e transformação do nosso setor”, comentou.

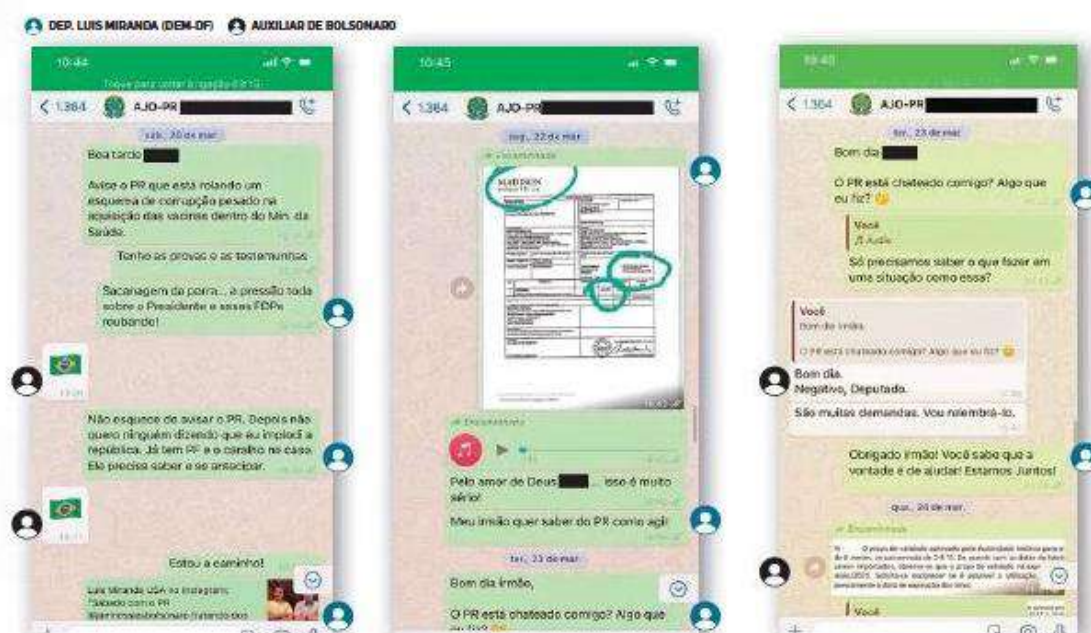
Para participar, as instituições de ensino deverão obedecer a alguns critérios, como fornecer breve relato da temática para cada curso inscrito, apresentar declaração de idoneidade e comprovar a inexistência de débitos ou irregularidades em outras parcerias celebradas com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal. Os interessados poderão cadastrar mais de um curso, desde que o conteúdo seja diferente e que a capacitação possua carga horária igual ou superior a 20 horas/aula.

A parceria não envolverá a disponibilização de recursos por parte do MTur. No entanto, a Pasta prestará todo o apoio necessário e divulgará os cursos disponibilizados pelas instituições em suas mídias. O Ministério do Turismo também vai fornecer sua logomarca para a promoção das capacitações, e haverá, ainda, a participação de representantes do órgão em solenidades e eventos de formação ou conclusão de aulas, sempre que possível.

Saúde. Luis Miranda diz que denunciou ao presidente esquema de corrupção na aquisição da vacina Covaxin; governo seguiu com negócio que previa imunizante 1.000% mais caro

Deputado: Bolsonaro foi avisado de compra suspeita

TROCA DE MENSAGENS



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Aliado do governo de Jair Bolsonaro, o deputado Luis Miranda (DEM-DF) afirmou ter levado a denúncia sobre um esquema de corrupção envolvendo a compra da vacina indiana Covaxin ao próprio presidente, há três meses. A reunião, disse Miranda, ocorreu em março, no Palácio da Alvorada, pouco menos de 30 dias após o contrato ter sido assinado. Segundo o deputado, Bolsonaro afirmou que encaminharia o caso à Polícia Federal. Apesar do aviso, o governo seguiu com o negócio no qual prevê pagar por cada dose da vacina um preço 1.000% maior do que o anunciado pela própria fabricante seis meses antes.

"No dia 20 de março, eu denunciei o esquema para Bolsonaro. Os indícios de corrupção são pesados e muito claros", afirmou o deputado ao *Estado/Broadcast*. "O presidente viu a gravidade e, naquele momento, falou para a gente: 'Vou acionar agora o DG (diretor-geral) da Polícia Federal para cuidar do caso'". A PF informou que "não comenta nem confirma" a existência de investigações.

O contrato de compra de 20 milhões de doses da Covaxin, no valor de R\$ 1,6 bilhão, é alvo de investigação do Ministério Público Federal. O preço unitário da dose foi fechado em US\$ 15, quando, seis meses antes, havia sido estimado em US\$ 1,34. Miranda disse ter ido ao encontro de Bolsonaro, acompanhado de seu irmão, Luis Ricardo

Fernandes Miranda, chefe de importação do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, justamente para falar dessa "situação esdrúxula". Ele chegou a publicar em suas redes sociais, naquele sábado, uma foto da reunião com o presidente, afirmando ter ido tratar de combustíveis e vacinas.

Em depoimento ao MPF, Luis Ricardo afirmou que recebeu "pressões anormais" para a compra da Covaxin e disse não ter visto esse comportamento em relação a outras vacinas. O coordenador-geral de Aquisições de Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, tenente-coronel Alex Lial Marinho e o coronel Marcelo Pires, então coordenador logístico do Plano Nacional de Operacionalização de Vacinas contra Covid-19 foram apontados como responsáveis pela pressão. Os dois eram auxiliares do então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

O presidente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSD-AM), viu como "preocupante" a denúncia de Miranda. Aziz classificou as acusações de irregularidades na contratação da Covaxin como "gravíssimas" e disse ter pedido informações à Polícia Federal para saber se Bolsonaro havia solicitado que as suspeitas fossem apuradas.

"Temos que ter muito cuidado porque talvez tenha sido a denúncia mais grave que a CPI recebeu até agora", afirmou o senador.

Horas antes de se encontrar com Bolsonaro no Alvorada, Miranda trocou mensagem pelo aplicativo WhatsApp com um ajudante de ordens do presiden-



Luis Miranda. 'Indícios de corrupção são pesados'

te. Afirmou que estava "rolando esquema de corrupção pesado" na Saúde. "Tenho as provas e as testemunhas", escreveu o deputado.

O aviso foi enviado às 12h54 de 20 de março. O auxiliar de Bolsonaro respondeu com uma bandeirado Brasil. Uma hora depois, Miranda insistiu: "Não esquece de avisar o PR (presidente). Depois não quero ninguém dizendo que eu implodia República. Já tem PF e o caralho no caso. Ele precisa saber e se antecipar". A resposta foi outra bandeira do Brasil.

Às 16 horas, Miranda informou ao ajudante de ordens que estava "a caminho" do palácio. Passadas quarenta e oito horas, ele voltou a procurar o auxiliar de Bolsonaro. "Pelo amor de Deus... isso é muito sério!", escreveu o deputado em 22 de março. Sem resposta, elevou o assunto no dia seguinte. "Bom dia irmão, o PR está chateado comigo? Algo que fiz?". O auxi-

liar do presidente respondeu: "Negativo, deputado. São muitas demandas. Vou lembrá-lo".

O deputado enviou ao ajudante de ordens uma fatura de compra, em nome da empresa Madison Biotech, no valor de US\$ 45 milhões, referente à importação da Covaxin. O pagamento, porém, dependia da assinatura de seu irmão Luis Ricardo, que se recusou a subscrever o documento sob a alegação de que havia ali várias irregularidades.

O servidor disse ter sido "pressionado" a assinar um contrato de compra da Covaxin com uma quantidade menor do que o previsto. Pela sua versão, seriam 4 milhões de doses, que viraram 300 mil, com pagamento antecipado de US\$ 45 milhões (R\$ 222,6 milhões). "No contrato fala que são 4 milhões de doses a primeira entrega, só que na Invoice (*nota fiscal internacional*) já não é (sic) 4 milhões, é um quantitativo bem menor", afirmou Luis Ricardo em áudio enviado por WhatsApp ao irmão Miranda.

Eleito em 2018, Miranda está no primeiro mandato e é um parlamentar polêmico. Da tropa de choque governista, ele já foi processado por estelionato, em golpes que teriam sido aplicados no Brasil e nos EUA. Antes de ser eleito, ele morou em Miami e ensinava, nas redes sociais, como ganhar dinheiro fácil. Em 2019, uma reportagem do *Fantástico*, da TV Globo, mostrou que Miranda era acusado de pegar dinheiro de usuários da internet. / **CAMILA TURTELLI, DANIEL WETERMAN E LAURIBERTO POMPEU**



Núcleo. Ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde Elcio Franco e o ex-ministro da pasta Eduardo Pazuello: negociação para a Covaxin foi mais rápida

Coronel centralizou compra de vacina, apontam ofícios

Ex-número 2 da Saúde enviou documentos a secretarias um mês antes de a pasta fechar acordo para adquirir imunizante indiano

Vinícius Valfré | BRASÍLIA

O ex-secretário executivo do Ministério da Saúde Elcio Franco ordenou que fossem concentradas nele todas as tratativas para negociações de imunizantes contra a covid-19 um mês antes da assinatura do contrato para a compra da vacina indiana Covaxin. Em 29 de janeiro, o número 2 da gestão do ex-ministro Eduardo Pazuello enviou ofício a 16 secretarias e diretorias do ministério, dando ciência sobre

a concentração das ações.

"A condução dessas reuniões e as tratativas decorrentes estão ocorrendo exclusivamente no âmbito desta Secretaria Executiva em coordenação com o gabinete do ministro", diz o documento obtido pelo Estadão. "Todas as solicitações de reuniões recebidas nas áreas técnicas referentes a ofertas, propostas e/ou qualquer tratativas alusivas a vacinas contra a covid-19 deverão ser direcionadas ao gabinete desta Secretaria Executiva", orienta o texto.

Coronel da reserva do Exército, Franco foi exonerado do cargo em 26 de março, três dias após Marcelo Queiroga ser nomeado ministro no lugar de Pazuello. Desde 23 de abril, ele é assessor especial da Casa Civil, pasta liderada pelo general Luiz Edardo Ramos.

O contrato para aquisição da vacina Covaxin, da farmacêutica Bharat Biotech, representada no Brasil pela Precisa Medicamentos, foi assinado no dia 25 de fevereiro, no valor de R\$ 1,6 bilhão. Como mostrou o Estadão,



Oficial. Documento avisa sobre centralização de compras

o preço por dose foi 1.000% maior do que o estimado inicialmente pelo próprio fabricante. A negociação durou cerca de três meses, prazo bem mais curto que o de outros contratos de preços por dose menores.

Em depoimento ao Ministério Público Federal, o servidor do ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda afirmou que sofreu pressão "atípica" de seus superiores para agilizar trâmi-

tes de importação do imunizante. Entre os superiores que cobraram de forma incômoda, segundo o servidor, estão dois militares: o coronel Marcelo Pires, ex-diretor de Programa do Ministério da Saúde; e o tenente-coronel Alex Lial Marinho, ex-coordenador geral de Aquisições de Insumos Estratégicos para Saúde. Eles foram nomeados por Pazuello e exonerados com a saída do gene-

ral da pasta.

Além deles, o diretor de logística, Roberto Ferreira Dias, também é apontado pelo servidor como autor de pressões envolvendo a compra da Covaxin. Procurado, ele não quis dar entrevista para comentar.

O chefe da área de logística do Ministério da Saúde é o único que ainda segue no cargo. Dias tem bom trânsito com o Centrão. Ocupa essa vaga desde o início do governo de Jair Bolsonaro, levado pelo ex-ministro Luiz Henrique Mandetta. Foi uma indicação do ex-deputado Abelardo Lupion (DEM-PR).

A interlocutores, Dias tem afirmado que todas as tratativas sobre prazos, preços e condições para aquisição da Covaxin ficaram restritas a militares empoderados por Pazuello. E que, embora o contrato continha a assinatura do diretor, ele não influenciou na instrução do processo. Segundo colegas, Dias retomou as tratativas para a compra da Covaxin foram conduzidas pela secretaria-geral, seguindo a orientação enviada por ofício pelo coronel Elcio Franco.

Dias já esteve envolvido em outra polêmica no ministério por causa da pandemia. Ele assinou um contrato com suspeitas de irregularidades para a compra de insumos para testes de covid-19, no valor de R\$ 132,2 milhões. A suspeita foi levada pela diretoria de integridade do ministério ao Tribunal de Contas da União (TCU). Na época, Dias negou ter favorecido empresas e disse que ele mesmo foi quem sugeriu a nulidade do contrato, após cobrar a área responsável e receber a informação de que houve a habilitação da vencedora "de forma precária".

Assuspeita fez com que o diretor perdesse a chance de se tornar diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O nome dele chegou a ser indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para o cargo. Após a polêmica, entretanto, o presidente voltou atrás.

Procurado, Alex Lial Marinho afirmou que foi orientado por advogados a não se manifestar. Marcelo Pires não retornou ao contato da reportagem. Pazuello não foi localizado e Elcio Franco não foi localizado até a conclusão desta edição.

Alvo da PF, Salles pede demissão do Meio Ambiente

Ministro deixa o cargo após ser alvo de operação que apura esquema ilegal de exportação de madeira; sucessor na pasta é ligado a ruralistas

Marcelo de Moraes | BRASÍLIA

Depois de dois anos e meio no cargo, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, deixou ontem o comando da pasta. Ele não resistiu ao desgaste provocado pelas suspeitas de envolvimento num esquema ilegal de retirada e venda de madeira. A saída do ministro foi anunciada ontem no Diário Oficial da União. Salles será substituído pelo atual secretário da Amazônia e Serviços Ambientais, Joaquim Alvaro Pereira Leite.

Havia também dentro do governo a expectativa que novas investigações contra Salles pudessem ser autorizadas pelo Supremo Tribunal Federal, ampliando a crise envolvendo um representante do primeiro escalão do presidente Jair Bolsonaro. O ministro do STF Alexandre de Moraes autorizou ontem o envio do celular de Salles aos Estados Unidos para ser desbloqueado pela agência US Fish and Wildlife Service.

A situação do agora ex-ministro se tornou insustentável por causa dos inquéritos. Apesar da ligação política muito forte com Bolsonaro, ele reconheceu que o desgaste de sua permanência no cargo era irreversível em anúncio no Palácio do Planalto, e justificou sua saída como uma forma de tentar "serenar" a área ambiental. "Eu entendo que o Brasil, ao longo desse ano e no ano que vem, na inserção internacional, e também na agenda nacional, precisa ter uma união muito forte de interesses, de anseios e de esforços. E para que isso se faça de maneira mais serena possível, eu apresento ao senhor presidente o meu pedido de renúncia que foi atendido."

Ele disse também que sob sua gestão a área ambiental "avançou" e repetiu o tradicional tom crítico à oposição, afirmando que "Bolsonaro, de forma democrática, colocou uma mudança em relação aquela orientação que a esquerda vinha fazendo no Brasil nos últimos 20 anos". Salles fez alusão à repercussão de sua fala em defesa de "passar a boiada", quando de-

Novo ministro foi conselheiro da SRB

● O novo ministro do Meio Ambiente, Joaquim Alvaro Pereira Leite, foi indicado para o cargo pelo próprio Ricardo Salles. Seu perfil gerou críticas dos ambientalistas. Ex-secretário da Amazônia e de Serviços Ambientais no Ministério, Leite é ligado aos ruralistas. Por 23 anos, foi conselheiro da Sociedade Rural Brasileira (SRB), entidade que apoiou Salles para o cargo, mas que ficou racheada diante da atuação do ministro.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Sérgio Souza (MDB-PR) elogiou a indicação de Leite.

"Considero positivo para o meio ambiente e para a produção de alimentos. Ele é responsável pelo programa Floresta e demonstra um perfil de preocupação com a preservação." / M.M.

fendeu, em reunião ministerial que acabou vindo a público, a aprovação discreta no Congresso de medidas que flexibilizassem pontos que considerava ruins na legislação ambiental. O agravamento da crise fez com que Bolsonaro concordasse com a demissão. Na terça-feira, o presidente chegou a fazer elogio público ao agora ex-ministro.

Ideológicos. A saída de Salles representa a queda de um dos raros remanescentes dos chamados ministros ideológicos. Já tinham sido trocados por Bolsonaro nomes como Abraham Weintraub (Educação) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores), entre outros. A proximidade de Salles com o presidente vinha garantindo sua permanência. Mas, diante

● **Rôu**
A Justiça Federal do DF aceitou a denúncia do Ministério Público Federal e tornou réu o assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência, Filipe Martins, pelo crime de racismo.

do avanço das investigações, essa blindagem política ruíu.

Salles é alvo de inquérito, autorizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a pedido da Procuradora-Geral da República (PGR), suspeito de atrapalhar investigações sobre apreensão de madeira. Ele nega ter cometido irregularidades. Nos últimos dias, porém, o ministro já havia reduzido radicalmente sua participação em agendas públicas do ministério. Uma rara exceção de exposição foi a participação ao lado de Bolsonaro do ato de apoio ao presidente, em São Paulo, reunindo motociclistas.

A crise se tornou incontornável depois que, no mês passado, ele foi alvo da Operação Atumaduba, da Polícia Federal. A operação foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. A investigação apura suspeita de envolvimento de Salles num esquema de corrupção envolvendo exportação ilegal de madeira. Para justificar a autorização da operação, Moraes citou que um relatório de inteligência financeira indicava "movimentação extremamente atípica" de R\$ 144 milhões relacionado ao escritório do qual Salles é sócio em São Paulo. Essas operações teriam durado de 2012 até metade de 2020.

Além da investigação em endereços ligados a Salles, também foram pedidas a quebra de seus sigilos fiscal e bancário. No castelo, o agora ex-ministro não entregou seu celular para a Polícia Federal, alegando que não estava com ele. Isso aconteceu apenas vários dias depois da operação.

Salles também se desgastou com a substituição do superintendente regional do Amazonas, delegado Alexandre Saraiva. Ele tinha enviado ao Supremo uma notícia-crime contra Salles por suposta obstrução de investigação de uma apreensão de madeira ilegal na divisa do Amazonas com o Pará.

Ontem Saraiva foi irônico ao comentar nas suas redes sociais a demissão de Salles. "Eu continuo delegado da Polícia Federal", escreveu. Em seguida, postou: "Eu avisei que não ia passar boiada".



Desgaste. Salles era um dos remanescentes do chamado núcleo 'ideológico' do governo

ANÁLISE: Eliane Cantanhêde

Ministro corre da polícia

Queridinho do presidente Jair Bolsonaro, mas alvo de inquéritos e investigações em São Paulo e em Brasília, o polêmico Ricardo Salles, o "ministro da boiada", caiu num momento em que o Supremo Tribunal Federal aperta o torniquete contra ele e que a CPI da Covid acusa o próprio Bolsonaro por causa da explosiva compra da vacina Covaxin.

O script da demissão "a pedido" de Salles - que nestes dois anos e meio foi mero executor da política criminoso de Bolsonaro para o meio ambiente - não é novidade no atual governo. O ministro entra na mira da Justiça e da mídia, passa a ser elogiado e a participar de atos com o presidente e, quando todo mundo está distraído em outras frentes, finalmente cai.

Na lista de alvos, destacam-se três que, como o próprio Salles, exercitaram bravamente a máxima do "um manda, o outro obedece": Abraham Weintraub (Educação), Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e o general da ativa Edmar do Pazzuelo (Saúde). Todos perderam seus cargos, mas levando troféus para pendurar na parede: as fotos de véspera, sorridentes, com o presidente amigão.

Em comum, também, o fato de que todos eram as pessoas erradas, no lugar errado, na hora errada. Weintraub entendia de brigas e armas, nada de educação. Araújo destruiu a política externa e a imagem do Brasil no mundo desenvolvido. Pazzuelo jamais tinha visto uma curva epidemiológica e nem sequer sabia o que era o SUS.

E o que dizer de Salles, um ministro do Meio Ambiente que jamais pensou espês na Amazônia? Ele não entendia nada da área e, ao contrário, sempre fez o jogo de madeiros ilegais e de destruidores do ambiente e da própria Amazônia, enquanto agia ativamente contra os biomas, o Ibama e o ICMBio.

Quanto mais errava, mais Salles agradava a Bolsonaro. Sentia-se com coisas tão quentes a ponto de chamar o general Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil) de "Maria foca", mas nem Bolsonaro, nem as costas quentes, foram suficientes para salvá-lo das denúncias que vêm dos Estados Unidos, passam pela Polícia Federal e desabam no Supremo. A sensação em Brasília é que Salles se livra do ministério, mas não de "uma bomba". E que o ministro muda, mas a destruição da Amazônia continua.

COMENTARISTA DA RÁDIO EL DORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONWS EM PAUTA

Supremo confirma que Moro foi parcial

Processo do triplex do Guarujá, que levou Lula à prisão, volta quase à estaca zero

Wesley Gazo | BRASILIA

Em um julgamento que se arrastou por dois meses, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu que o ex-juiz Sérgio Moro foi parcial quando condenou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na ação do triplex do Guarujá, caso que levou o petista a ficar preso por 580 dias na carceragem da Polícia Federal em Curitiba.

Com o reconhecimento de que o ex-juiz era suspeito ao julgar o réu, as provas por ele autorizadas para serem produzidas

e os depoimentos coletados serão invalidados. O caso, portanto, deve retroagir a ponto de se aproximar da estaca zero. So estão preservadas as provas que foram juntadas ao processo.

Ao votar ontem, no que deve ser seu último grande julgamento antes da aposentadoria, no dia 12 de julho, o ministro Marco Aurélio Mello disse que Moro é um "herói nacional", que, passado algum tempo, "é tomado como suspeito".

O ministro sustentou em seu voto, contrário ao reconhecimento de suspeição, que o ex-presidente Lula foi "ressuscita-

do politicamente", enquanto Moro foi levado "para encratação", sendo ele "magistrado que honrou o Judiciário, e adotou postura de imensa coragem ao enfrentar a corrupção".

A favor da atuação do ex-juiz votaram, além de Marco Aurélio, os ministros Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Edson Fachin, o relator do caso. Sete ministros consideraram que Moro anuiu de forma parcial.

O voto proferido pelo ministro Gilmar Mendes prevaleceu entre os divergentes, que compreenderam haver no reconhecimento da suspeição maiores

• Voto do decano
"O juiz Sérgio Moro surgiu como verdadeiro herói nacional e então, do dia para a noite, ou melhor, passado algum tempo, é tomado como suspeito."
Marco Aurélio Mello
MINISTRO DO SUPREMO

poderes de alteração processual do que no julgamento de incompetência da 13.^a Vara Federal para julgar Lula.

Seguiram a leitura de Gilmar os ministros Alexandre de Mo-

raes, Cármen Lúcia, Dias Toffi, Kassio Nunes Marques, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber.

No voto que encerrou a discussão, o presidente do STF, ministro Luiz Fux, deu ênfase ao fato de o relator do caso, Edson Fachin, ter julgado extinto o processo e, mesmo assim, parte dos ministros prosseguirem com o entendimento proferido pela Segunda Turma.

"Não há precedente no tribunal de um relator julgar extinto um processo e a turma 'tratar' e julgar o processo, como se o relator nada tivesse feito", disse. O ministro ainda argu-

mentou que a incompetência territorial para julgar Lula é reativa e não deve ser vista de forma isolada. Ao finalizar a sessão, Fux destacou que deu seu parecer seguindo o decano da Corte. A decisão do STF pode - em última instância - deflagrar o processo de volta do PT ao poder, uma vez que o maior percalço jurídico para invalidação de candidatura do ex-presidente Lula em 2018 foi eliminado.

Foi a condenação a 12 anos e um mês de prisão no caso do triplex no Guarujá, confirmada em segunda instância, que levou o petista a ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa, que impediu sua candidatura à Presidência da República.

Lava Jato. Além de alterar os rumos da política nacional, a decisão colegiada ainda simboliza o marco do fim de um dos últimos capítulos da Operação Lava Jato, encerrado oficialmente em fevereiro deste ano pelo procurador-geral da República, Augusto Aras - homem de confiança do presidente Jair Bolsonaro - que incorporou as investigações remanescentes ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Moro elogiou os ministros que votaram a favor dele nas redes sociais. "Nunca houve qualquer restrição à defesa de Lula, cuja culpa foi reconhecida por dez juizes", escreveu o ex-juiz da Lava Jato.



Vencido. Marco Aurélio Mello votou a favor do ex-juiz: 'Magistrado que honrou o Judiciário'

Após promessas dos governos de imunizar mais cedo a população adulta, cidades reduziram ritmo das campanhas; Salvador parou aplicações e outras cidades, como Porto Alegre e São Luís, suspenderam a oferta da 1ª injeção. Especialista vê risco de novas pausas

Estoque reduzido de doses trava vacinação em pelo menos 12 capitais

Felipe Resk
Marizma Hallal
Italo Lo Re

Em meio a promessas do Ministério da Saúde e de parados Estados de vacinar mais cedo a população adulta, ao menos 12 capitais alegam falta de estoque e limitaram as campanhas de imunização contra a covid-19 esta semana. Salvador suspendeu o programa até a chegada de novos lotes. As demais cidades diminuiram o ritmo de atendimento ou aplicam só a 2ª dose. A Prefeitura de São Paulo chegou a parar a vacinação, mas retomou ontem – ainda com problemas em alguns postos.

A situação mais grave é a de Salvador, onde o ritmo da campanha dava sinais de oscilação desde o início do mês – variando de mil a 22 mil imunizados por dia, número abaixo dos picos de maio. Secretário municipal da Saúde, Leo Prates usou o Twitter para divulgar a paralisação total do atendimento a partir de ontem. “Se Deus quiser retornaremos na sexta-feira.” Segundo a gestão municipal,

a retomada do cronograma depende da entrega de novos lotes pelo governo federal. Desde janeiro, a capital baiana aplicou 1,4 milhão de vacinas e consumiu 100% das primeiras doses disponíveis e 85% da 2ª. Em nota, a pasta diz que o público previsto para tomar o reforço até o dia 30 já teria sido atendido.

Mais nove capitais, incluindo Porto Alegre e São Luís suspenderam a 1ª dose para o público geral e usam o estoque para garantir vacinas complementares. Entre elas, quatro cidades mantiveram só novos atendimentos para parte dos grupos prioritários, como grávidas ou

profissionais de educação.

Com apenas 1885 vacinas da Coronavac no estoque, Florianópolis resolveu só aplicar a 1ª dose em gestantes e puérperas (mulheres que acabaram de dar à luz). “Temos capacidade de vacinar entre 8 e 10 mil pessoas por dia. E estamos recebendo uma média de 8 mil vacinas por semana”, relata o secretário de Saúde, Carlos Alberto Justo da Silva, ao Estadão. “Como a população tem buscado as vacinas, significa que, no mesmo dia em que a gente recebe elas vão embora.”

A remessa prevista semana passada não chegou, conforme o secretário, e o Estado recebe a parte dos imunizantes necessários para que não faltassem as doses de reforço. “Ha um aviso de que na sexta-feira vão voltar a distribuir vacinas, mas não sei se é verdade”, afirma. “Nossa preocupação é com a falta de cumprimento do projeto de vacinação, que acaba sendo interrompido. É um desgaste tanto para a população quanto para manter centros abertos, o que tem custo também.”

Em Porto Alegre, a previsão

DUAS PERGUNTAS PARA...

Renato Kfoury, diretor da Sociedade Brasileira de Imunizações

1 Existe o risco de acontecer uma nova crise da segunda dose? Esta não foi a primeira interrupção e, provavelmente, não será a última. Enquanto a gente receber vacinas entrecortadas, como tem acontecido, o consumo de doses é muito maior do que a oferta que chega. Ainda mais chamando populações grandes, abaixo de 60 anos, situação em que o número absoluto cresce. Quantas vezes nós tivemos atrasos de entrega, teremos também interrupções. Isso cria perda de confiança no programa, de pessoas que vão arris da vacina e não a encorajam.

era vacinar esta semana a faixa etária a partir dos 50 anos. Mas a capital gaúcha suspendeu a primeira dose para todos os grupos ontem, por estar com quantidade limitada de vacinas.

2 O Ministério da Saúde disse que vai vacinar todo o mundo com a primeira dose até setembro. Não é um cronograma arrojado? Acho que vamos, sim, conseguir vacinar todo mundo. A gente vai ter dificuldade em atingir coberturas vacinais ideais. Quanto mais baixa a idade, mais difícil é convencer as pessoas a se vacinarem. A dar duas doses é pior ainda, porque as pessoas se sentem protegidas já com a primeira. Acho que não teremos problemas de quantidades de doses até o fim do ano. Mas, infelizmente, vamos ter o desafio da adesão. /L.L.R.

Situação similar vive São Luís, que chamou atenção por começar a imunizar a população a partir dos 8 anos recentemente. “O município aguarda a chegada de novas doses já anun-

ciadas pelo Ministério da Saúde, para divulgar novos calendários”, diz a prefeitura. João Pessoa, Aracaju e Campo Grande também só aplicam a 2ª dose no momento.

Em Curitiba, a vacinação foi mantida só para profissionais de educação. “O número de doses disponíveis em estoque – cerca de oito mil – é insuficiente para a próxima faixa etária da população em geral (49 anos), que tem um público estimado de 19 mil pessoas”, diz a prefeitura. Rio Branco fez novos atendimentos só para grávidas e puérperas. Goiânia priorizou, ontem, as lactantes. A prefeitura só tem expectativa de receber mais lotes no fim de semana. As doses da Pfizer já acabaram e a previsão é que as doses de lactantes terminem nesta quinta.

Natal e Goiânia continuaram aplicando a 1ª dose, mas precisaram diminuir o ritmo de vacinação. A capital de Goiás ainda não sabe se conseguirá continuar atendendo por falta etária nos próximos dias e averigua o estoque. Procurado ontem à noite, o Ministério da Saúde não respondeu até 20h30.



PARA VOCÊ

Crie sua área personalizada no app com as notícias sobre Coronavírus. Use o QR Code para baixar.

24/06/2021

Sob pressão. Entre o repique dos índices de inflação e um eventual racionamento que produziria um efeito recessivo, o Banco Central avalia os rumos da sua política para a taxa básica de juros – que desde março saltou de 2%, o menor nível histórico, para 4,25% ao ano

Com risco de nova crise energética, BC refaz cenários para definição da Selic

Anne Warth / BRASILIA

O Banco Central está “emparedado” e levanta vários cenários sobre o impacto do setor elétrico para o controle da inflação e a economia neste ano e em 2022. De um lado, a inflação vai ficar pressionada com o aumento na taxa extra embutida na conta de luz, após reajustes na bandeira vermelha ainda a ser definido, com reflexos para o ano que vem. Por outro lado, diretores e técnicos do BC também avaliam se um eventual racionamento de energia para evitar um apogio pode aliviar a inflação e desacelerar o crescimento.

Ambas as possibilidades são levadas em conta para definir o rumo da taxa básica de juros, segundo apurou o *Estadão* **Broadcast**. O BC iniciou em março o processo de alta da Selic (a taxa básica de juros) para segurar a inflação. Desde então, ataxa sal-

Contexto monitorado
“Implicações da deterioração do cenário hídrico sobre as tarifas de energia elétrica contribuem para manter a inflação elevada no curto prazo, a despeito da recente apreciação do real.”

ATA DO COPOM

TRECHO DE ATUALIZAÇÃO DO ORGÃO ACRESCENTA QUE “SEGUE ATENTO À EVOLUÇÃO DESSES CHOCOS E SEUS POTENCIAIS EFEITOS SECUNDÁRIOS”

tou de 2% o menor nível histórico, para 4,25% ao ano.

A perspectiva de a bandeira vermelha nível 1, hoje em R\$ 6,24 a cada 100 quilowatts-hora (kWh), ser reajustada para além de R\$ 7,57 por 100 kWh pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estava fora do radar da instituição. Foi apenas na semana passada que o órgão regulador reconheceu que será necessário aumentar o valor além do proposto na consulta pública, que previa alta de 21%. Isso será incorporado pelo Banco Central a partir de agora.

Mesmo esse aumento adicional na bandeira é insuficiente para cobrir os custos das distribuidoras com a compra de energia. A parte que não é capturada pelas bandeiras ficará para os reajustes anuais em 2022, ano em que as tarifas também serão pressionadas em razão do início do repasse de valores para o pagamento do empréstimo de R\$ 15 bilhões para as distribuidoras – alternativa encorajada para que as concessionárias enfrentassem os efeitos da pandemia de covid-19, que causaram queda no consumo e aumento da inadimplência.

Publicamente, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, reconheceu que a falta de chuva em volume necessário poderia causar impactos não apenas na energia, mas também no preço dos alimentos e, conseqüentemente, na definição da política monetária (ou seja, na calibragem dos juros para o controle



Em alerta. Campos Neto reconheceu que a crise hídrica poderia afetar a política monetária

da inflação). Ele manifestou esse entendimento em evento promovido pelo Bank for International Settlements (BIS) no início de junho.

Estudos. O Banco Central passou também a estudar os efeitos que um racionamento teria sobre a economia brasileira, a inflação e, conseqüentemente, os juros. Além do acionamento de todas as usinas térmicas, a crise hídrica levou o governo a preparar uma medida provisória que permite a criação de um

“programa de racionalização compulsória do consumo de energia elétrica”, como revelou o *Estadão* **Broadcast** no dia 12.

Embora o Ministério de Minas e Energia (MME) tenha negado a possibilidade de um racionamento, a pasta reconheceu que explora “todas as medidas ao seu alcance” para atravessar a crise e não negou a existência da minuta da MP.

Também entrou no radar do BC a alternativa ao racionamento, prevista na minuta da MP. Chamada de resposta à deman-

da, a medida pretende mudar a produção industrial para horários menos visados, numa tentativa de evitar picos no início da tarde que possam levar a apagões. Para isso, as empresas seriam remuneradas com o pagamento de um encargo que também vai pressionar a conta de luz, já que a ideia é que o governo “compre” o direito de deslocar esse consumo.

Para aplacar a crise de duas décadas atrás, marcada por um apagão no Brasil, um racionamento de energia vigorou entre

1º de julho de 2001 e 19 de fevereiro de 2002, período durante o qual a população foi obrigada a cortar o consumo em 20%. As indústrias tiveram de reduzir a produção e o PIB, que havia crescido 4,4% em 2000, desacelerou para 1,4% em 2001. O efeito da crise agora, portanto, seria recessivo e poderia contribuir para diminuir as pressões sobre a inflação.

Na ata da mais recente reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada pelo BC na terça-feira, a crise hídrica foi mencionada de maneira superficial. Na avaliação da autoridade monetária, a persistência das pressões inflacionárias se revelou maior do que o esperado, sobretudo entre os bens industriais – a energia é um dos principais insumos do setor.

“Adicionalmente, a lentidão da normalização nas condições de oferta, a resiliência da demanda e implicações da deterioração do cenário hídrico sobre as tarifas de energia elétrica contribuem para manter a inflação elevada no curto prazo, adespito da recente apreciação do real”, diz a ata, ressaltando que o Copom “segue atento à evolução desses choques e seus potenciais efeitos secundários”.

Procurado pela reportagem, o BC não se manifestou

Ministro volta e negar risco de racionamento
Pág. B3

IPCA pode ir a 6,5% na bandeira vermelha

Mesmo antes da definição dos novos preços da energia, mercado já revê cálculos para inflação

Thais Barcellos

Mesmo que ainda indefinido, o reajuste dos valores das bandeiras tarifárias de energia elétrica já tem provocado elevações nas projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que chegam a 6,5%, mais de 1 ponto acima do teto da meta (5,25%).

A bandeira vermelha patamar 2 pode vigorar até dezembro em meio à maior crise hídrica dos últimos 90 anos. Novos valores das bandeiras devem ser anunciados este mês, segundo o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone.

- Ele indicou que o reajuste da faixa vermelha 2, a mais cara do sistema criado em 2015, poderia superar o aumento de 21% proposto em consulta pública, em março. O mercado cogita

● Incerteza

“Se não chover o suficiente no período úmido (novembro a abril), as pressões sobre as bandeiras vão se manter em 2022.”

João Fernandes

SÓCIO DA QUANTITAS ASSET

uma alta de até 60%, o que levaria a cobrança extra para R\$ 10 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A bandeira vermelha 2, que tem custo adicional de R\$ 6,243, iria a R\$ 7,571 caso adotada a proposta da consulta pública. A bandeira vermelha 1 subiria 10,3%, de R\$ 4,169 para R\$ 4,599. Em relação à bandeira amarela, a proposta era de redução, de R\$ 1,343 a cada 100 kWh para R\$ 0,996 – queda de 25,8%.

O economista João Fernandes, sócio da Quantitas Asset, passou a considerar o aumento de 60% da bandeira vermelha 2, mas com uma probabilidade de 70% de ser essa faixa em dezembro e de 30% de ser a bandeira vermelha 1. Sua projeção para o IPCA subiu de 6,40% para 6,50%. Nas contas dele, o impacto de um aumento a R\$ 7,57 sobre o IPCA seria de 0,10 ponto porcentual. Caso chegue a R\$ 10, o efeito seria de 0,27 ponto porcentual.

Na LCA Consultores, o economista Fábio Romão trabalha com um aumento da taxa extra da bandeira vermelha 2 para R\$ 7,57, com impacto de 0,10 ponto sobre o IPCA, o que elevou de 6,13% para 6,23% sua estimativa para 2021.

O economista Leonardo França Costa, do ASA Investments, cogita 21% sobre a bandeira vermelha 2, com impacto de 0,07 ponto sobre o IPCA de julho. Caso o aumento seja de 60%, o efeito seria de 0,21 ponto no sétimo mês.

Pequeno, mas multicanal. Empreendimentos que não são ligados a grandes redes varejistas ganharam a preferência da vizinhança durante o isolamento social e se modernizaram para vender online; 46% desses negócios viram receitas subirem nos últimos tempos

Vendas de mercados de bairro têm alta com salto tecnológico na pandemia

Márcia De Chiara

Quando a pandemia começou, Flávio Augusto Pandolfi, sócio-diretor do supermercado Yamato, com uma loja há 54 anos no bairro paulistano do Jabaquara, viu a sua venda presencial cair 30% do dia para a noite. Em contrapartida, as duas linhas fixas, usadas para receber pedidos de clientes antigos, ficaram congestionadas. Diante do grande volume, a venda por telefone ficou inviável.

Sem conhecimentos de informática, ele pediu socorro ao filho engenheiro, que direcionou as ligações das linhas fixas para o celular com aplicativo de mensagens. E o resultado foi imediato. "Aqueles 30% de perda foram revertidos, e explodimos de vender: cheguei a fazer 30 a 40 entregas por dia; normalmente, eram de 10 a 15", lembra. A reviravolta nos negócios aconteceu só na loja de Pandolfi, mas milhares de mercados de vizinhança que tiveram um fôlego novo por causa do isolamento social. Com a pandemia, pequenas lojas de bairro não ligadas a grandes redes ganharam a preferência do brasileiro e deram um salto tecnológico.

Sonagem do Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo (Sincovaga) com 100 varejistas de pequeno porte na capital paulista revela que quase a metade delas (46%) teve aumento de vendas com a pandemia. O crescimento foi puxado pela venda a distância, com 63% dos estabelecimentos registrando alta nessa modalidade.

Os mercadinhos se modernizaram de forma abrupta e, por diferentes caminhos, ingressaram nas vendas online. A sondagem mostra que 70% das empresas vendem hoje por aplicativos. Mas 73% delas não usavam esse canal antes da pandemia.

Sobrevivência. O presidente do Sincovaga, Alvaro Furtado, não considera essa mudança um salto tecnológico, mas "um solução de sobrevivência". "Ou



Coragem. Eduardo Gandra, do Supermercado Vip, destacou investimentos na ampliação da loja por causa da pandemia

ocorreu por causa das restrições ao deslocamento."

Investimento. Esse aumento no volume de negócios foi sentido por Eduardo Gandra, sócio do Supermercado Vip, com uma loja há 29 anos no bairro paulistano do Itaquape. Inspirado pelas filhas adolescentes que são ligadas à tecnologia, meses antes da pandemia ele tinha iniciado vendas por meio de uma plataforma digital. "Só que os volumes eram tímidos."

Mas, com a pandemia, as vendas virtuais aceleraram muito. Resultado: o empresário teve de investir para atender a nova demanda. Comprou uma peruca para entregas, reservou um caixa da loja só para as vendas por aplicativo e contratou cinco pessoas para cuidar do delivery.

A venda online do supermercado, que cresceu 60% desde o início da pandemia, vem se mantendo. Os negócios da loja física avançaram 20% no período e agora recuaram um pouco. Mas o saldo ainda é positivo, diz Gandra, que foi encorajado a investir mais. "Tinha planos de ampliar a loja, mas estava acomodado. A pandemia foi a gota d'água", reconhece.

Agora, ele iniciou obras para ampliar a loja, que terá área reservada para as vendas online e estacionamento para motos de entrega. "Em um ano, quero que a venda virtual represente dois dígitos no meu negócio."

Pandolfi, do supermercado Yamato, vai continuar vendendo por aplicativos de mensagem, mas quer avançar. O plano é colocar a loja em redes sociais e ter aplicativo próprio. Sondagem do Sincovaga mostra que 79% das pequenas lojas estão investindo em redes sociais e 28% criaram áreas físicas para vendas não presenciais.

Para o consultor de varejo Eduardo Terra, presidente da SBVC, a venda online para os pequenos estabelecimentos veio para ficar. Ele alerta que, apesar dos percentuais elevados de pequenas empresas que aderiram a esse canal, ainda há o "negacionismo digital".

NA REDONDEZA

• Raio X dos supermercados de vizinhança na pandemia



FONTE: SONDAZEN PANDÉMIA 2021, SINCOVAGA

INFOGRAFIA/ESTADÃO

essas pequenas empresas fazem isso, ou morram", diz.

O avanço dos mercadinhos apareceu nas pesquisas da consultoria Nielsen. No primeiro trimestre deste ano, as vendas dos supermercados de bairro in-

dependentes cresceram 21,2% em valor e 9,4% em volume, na comparação com igual período de 2020. Entre todos os formatos pesquisados, o desempenho em valor das vendas dos supermercados independentes só fi-

cou atrás do ganho no atacarejo, que cresceu 23,1%. Ainda assim, os independentes superaram a média de todos os canais de venda, que avançou 16,3% em valor. O atacarejo, que vinha ganhando força desde crises ante-

riores, foi impulsionado pelo isolamento social porque a preferência passou a ser por compras de grandes volumes, diz Bruno Achkar, coordenador de atendimento da Nielsen. "Já o avanço das lojas independentes



O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) durante evento nesta quarta-feira (23) Marcos Corrêa/Divulgação Presidência

Bolsonaro é citado, e compra da Covaxin vira principal alvo da CPI

Deputado bolsonarista diz que alertou presidente em março sobre irregularidades, e Planalto pede que PF investigue denunciante

Mateus Vargas, Renato Machado e Julia Chaib

BRASÍLIA As suspeitas envolvendo a compra da vacina indiana Covaxin atingiram o Palácio do Planalto, com o relato de que o próprio presidente Jair Bolsonaro foi alertado há mais de três meses dos indícios de irregularidades.

concluídas em tempo recorde, quando comparada com os processos com a Pfizer e o Instituto Butantan.

Nesta quarta-feira, o deputado federal Luís Miranda afirmou à *Folha* que alertou pessoalmente Bolsonaro sobre os indícios de irregularidades na negociação e a pressão para a sua rápida liberação.

+
QUEIROGA SE IRRITA COM PERGUNTA SOBRE COVAXIN, IMITA BOLSONARO E ABANDONA ENTREVISTA
O ministro Marcelo Quei-

mou o senador amazonense.

O presidente da CPI também afirmou que a comissão pretende apurar a fala do deputado Luís Miranda segundo a qual pode ter havido pagamentos de propina nas negociações do contrato para a compra da Covaxin, negociado pelo ministério com a Precisa Medicamentos.

O surgimento dos novos fatos resultou em uma nova linha de investigação da CPI da Covid, que se tornou central e deve nortear as atividades da comissão pelas próximas semanas. O presidente da comissão, o senador Omar Aziz (PSD-AM), afirmou que talvez seja a denúncia mais grave já recebida pelo colegiado.

O Planalto, por sua vez, reagiu no fim da tarde desta quarta-feira (23) escalando um dos investigados pela CPI para explicar o caso Covaxin — Elcio Franco, assessor especial da Casa Civil e ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde —, mas sem conseguir rebater o eixo das suspeitas.

O presidente Bolsonaro ainda pediu para que a Polícia Federal investigue o servidor do Ministério da Saúde Luís Ricardo Miranda e o irmão dele, o deputado federal Luís Miranda (DEM-DF), autores das acusações que o envolvem.

Miranda disse que acionar a PF é uma tentativa desesperada de calar testemunhas sobre a compra da vacina e mostra que Bolsonaro “não fez nada” após ser alertado sobre as possíveis irregularidades.

O caso em torno das suspeitas da compra da Covaxin pelo governo Bolsonaro foi revelado pela Folha na sexta-feira passada (18), com a divulgação do depoimento de Luís Ricardo Miranda, chefe da divisão de importação da pasta.

Ele disse ao Ministério Público Federal que recebeu uma “pressão atípica” para agilizar a liberação da Covaxin, desenvolvida pela Bharat Biotech.

O contrato de R\$ 1,6 bilhão entrou na mira da CPI, que suspeita de favorecimento à vacina indiana e, em particular, à empresa brasileira Precisa Medicamentos, que intermediou o negócio.

A Covaxin é a vacina contra Covid mais cara negociada pelo governo federal, com valor de cerca de R\$ 80 a dose. Além disso, as negociações foram

“No dia 20 de março, fui pessoalmente, com o servidor da Saúde, que é meu irmão, e levamos toda a documentação para ele”, disse o parlamentar.

O presidente, segundo o deputado, teria prometido acionar a Polícia Federal para investigar o caso. “Para poder agir imediatamente, porque ele compreendeu que era grave, gravíssimo”, disse.

O parlamentar afirmou que não recebeu retorno do presidente ou da PF sobre a abertura de um inquérito.

Ele compartilhou com a Folha imagens que mostram conversas dele com um auxiliar de Bolsonaro, no dia 20 de março deste ano, pelo celular. Miranda pede que o presidente seja avisado sobre “um esquema de corrupção pesada na aquisição das vacinas”.

Ele disse ao auxiliar presidencial ter provas e testemunhas. “Depois não quero ninguém dizendo que eu implodi a República. Já tem PF e o caralho no caso. Ele precisa saber pra se antecipar”, disse Miranda ao auxiliar de Bolsonaro.

Naquela mesma tarde, o deputado e o presidente se reuniram no Palácio da Alvorada.

A cúpula da CPI da Covid decidiu não fazer julgamentos antecipados, argumentando que isso poderia dar brecha para acusações de imparcialidade da comissão. Os senadores, no entanto, defendem que as novas revelações são graves e serão aprofundadas.

Aziz disse ter ouvido uma “versão” do tema por via do deputado Luís Miranda e que a comissão agora vai aos fatos. No entanto, disse que a situação representa talvez a informação mais impactante que a comissão já teve contato desde o início das atividades.

“Temos que ter muito cuidado porque talvez tenha sido a denúncia mais grave que a CPI recebeu. Por isso que eu preciso ter muita cautela, muita paciência e não passar a cartão na frente dos bois”, afir-

roga (Saúde) se irritou com uma pergunta sobre a Covaxin e, assim como costuma fazer o presidente Jair Bolsonaro, abandonou uma entrevista. Inicialmente, o ministro foi questionado sobre o que faria em relação à vacina. Queiroga disse que o governo não comprou nenhuma dose do imunizante. “Todas as vacinas que têm registro definitivo da Anvisa ou emergencial, o Ministério considera para aquisições.” Um outro jornalista perguntou então se o governo compraria a vacina mesmo com preço mais alto que os demais imunizantes. Foi quando o ministro se irritou. “Eu falei em que idioma? Eu falei em português. Então, não foi comprado uma dose sequer da vacina Covaxin nem da Sputnik”. Os repórteres explicaram que se referiam a uma intenção futura. Queiroga disse que “futuro é futuro” e deixou o local.

A comissão parlamentar já investiga um possível favorecimento à empresa. “Se tudo aquilo que ele [deputado Luís Miranda] disse for verdade ou parte for verdade, são gravíssimas as acusações, inclusive sobre a questão do pixuleco. O Pazuello, no dia que estava saindo, ele fala por que foi demitido. Ele disse que ele foi demitido, que o Pazuello foi demitido porque não aceitava corrupção”, disse o senador.

Aziz também disse que solicitou ao delegado da PF cedido para a comissão que peça aos diretores da corporação informações sobre eventual abertura de inquérito para apurar as denúncias que teriam sido levadas ao presidente.

“Eu pedi uma informação do diretor-geral da Polícia Federal se houve o pedido para investigar a compra da Covaxin. Se o presidente ligou para o diretor-geral da Polícia Federal e disse: ‘Ó, tem uma denúncia aqui feita pelo deputado Luís Miranda e pelo irmão dele e a gente quer saber se realmente tocaram essa investigação’”, afirmou Aziz.

“É uma coisa natural. O presidente, se foi comunicado e tomou providência, ótimo. Se não tomou providências, é preocupante”, completou o presidente da CPI do Senado.

Também nesta quarta-feira, os senadores da comissão aprovaram requerimentos que apontam justamente para o aprofundamento desse flanco das investigações.

Um dos requerimentos aprovados é um convite para que o servidor Luís Ricardo Miranda preste depoimento à comissão parlamentar para explicar a pressão que diz ter sofrido para liberar a importação da vacina Covaxin.

O depoimento do servidor será nesta sexta-feira (25). Ele será ouvido junto com seu irmão, o deputado federal Luís Miranda, que solicitou à comissão para estar presente.

Continua na pág. A5

Bolsonaro é citado, e compra da Covaxin vira principal alvo da CPI

Continuação da pág. A4

Os senadores também aprovaram requerimento de convocação (modelo no qual a presença é obrigatória) do tenente-coronel Alex Lial Marinho.

Lial Marinho era coordenador-geral de logística de insumos estratégicos de saúde da pasta e homem de confiança do ex-ministro Eduardo Pazuello. Luís Ricardo Miranda disse em depoimento ao MPF que o militar era um dos autores da pressão pela Covaxin.

Também foi aprovada pela CPI a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Lial Marinho.

Os senadores também aprovaram a solicitação de documentos para o Ministério da Saúde referentes à compra da vacina indiana. Foram solicitados o processo de licitação do imunizante e o contrato.

A comissão aprovou ainda a convocação da servidora da Secretaria de Governo Thais

entender que o presidente não fez nada [após o alerta]. Nem avisou a Polícia Federal", declarou o deputado.

Relator da CPI, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) também reagiu às falas de Lorenzoni, afirmando que se trata de uma "declaração criminosa". Renan anunciou que vai convocá-lo para a CPI e ameaçou pedir a sua prisão.

"Se ele continuar a coagir as testemunhas, nós vamos requisitar a prisão dele, para que essa gente entenda que é preciso respeitar a instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito", disse à Globonews.

Empresa tentou duas vezes antecipação de depósito de US\$ 45 mi

Vinicius Sassine

suspeitas sobre a negociação. Os 3 milhões de doses previstos não embarcaram da Índia para o Brasil, nem os pagamentos foram efetivados. O contrato continua em vigor.

O governo Bolsonaro já autorizou o pagamento —por meio das chamadas notas de empenho— de R\$ 1,61 bilhão pela aquisição da vacina indiana. Esse é o valor total do contrato firmado para a compra de 20 milhões de doses.

O empenho, feito em uma única nota, ocorreu em 22 de fevereiro. A assinatura do contrato com a Precisa Medicamentos, a intermediadora do processo, ocorreu três dias depois, no dia 25.

Para tentar assegurar a primeira remessa, e os primeiros recebimentos, a Precisa apresentou documentos que julgava necessários para a importação. O pedido de importação à Anvisa foi formulado pelo Ministério da Saúde.

Entre esses documentos está uma fatura emitida pela Madison Biotech, uma empresa de Singapura com delegação para fazer o transporte da vacina da Bharat Biotech, instalada na Índia.

Amaral Moura, apontada como autora de requerimentos apresentados à CPI da Covid por senadores governistas.

Havia também requerimento para a sua quebra de sigilo, mas que foi retirado da pauta a pedido do senador governista Ciro Nogueira (PP-PI).

O requerimento para a quebra de sigilo, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), aponta que Thais Amaral Moura seria um possível elo do governo com a empresa Precisa Medicamentos.

O requerimento diz que ela é namorada de Fred Wassef, advogado da família Bolsonaro.

Pressionado, o governo reagiu no fim da tarde sem comentar as denúncias especificamente, mas anunciando a entrada da PF no caso para investigar os denunciadores.

O pedido de investigação foi anunciado pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Onyx Lorenzoni.

"O presidente determinou que a Polícia Federal abra uma investigação sobre as declarações do deputado Luis Miranda, sobre as atividades do seu irmão, servidor público do Ministério da Saúde, e sobre todas essas circunstâncias expostas no dia de hoje", disse.

O ministro não citou pedido de apuração sobre as possíveis irregularidades apontadas.

Onyx disse que pedirá apuração sobre documento apresentado pelo deputado para apontar supostas irregularidades. Segundo ele, o documento seria diferente do enviado pela empresa ao ministério. "A má-fé é clara. A suspeita da falsificação é forte", disse.

O papel apontava tentativa de antecipar pagamento de US\$ 45 milhões para a importação da vacina. Segundo Luis Miranda, o documento foi entregue a Bolsonaro.

"Ele ameaçou testemunhas de forma desesperada, sem antes ver o que temos para apresentar à CPI", disse Miranda. "A fala do Onyx dá a

BRASÍLIA A empresa brasileira que faz a intermediação da vacina indiana Covaxin, a Precisa Medicamentos, tentou por duas vezes garantir um pagamento antecipado de US\$ 45 milhões por um primeiro lote de imunizantes, o que não está previsto no contrato assinado com o Ministério da Saúde.

A ofensiva da Precisa, com a apresentação de duas faturas com a previsão de pagamento antecipado, foi um dos fatores que travavam o processo de importação da vacina em março. No fim desse processo, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) indeferiu a importação, por falta de documentos básicos que atestassem a qualidade e a segurança da Covaxin.

A CPI da Covid investiga as



Empresa diz que preço da Covaxin é o mesmo praticado com outros 13 países

A Precisa Medicamentos, representante no Brasil do laboratório indiano Bharat Biotech, afirmou que o preço de US\$ 15 por dose da vacina Covaxin oferecido ao governo brasileiro segue tabela mundial e é o mesmo praticado com outros 13 países. "O valor é estabelecido pelo fabricante, no caso a Bharat Biotech", disse a Precisa em nota nesta quarta (23). "No mercado internacional, o imunizante tem sido oferecido entre US\$ 15 e US\$ 20. Na Índia, país onde a fabricante está estabelecida, o preço da dose foi definido em US\$ 16 para os hospitais privados e US\$ 5,30 para os governos estaduais". Ainda segundo a empresa, "a estrutura para produção da vacina com vírus inativo é maior, e isso acaba refletindo no custo final do produto."

A "invoice" tem data de 19 de março e cita como deveria ser o pagamento: "100% advance payment", termo traduzido pelo próprio Ministério como "pagamento antecipado".

Inicialmente, técnicos do setor de importação da pasta identificaram outros problemas. Eles pediram, em emails enviados à Precisa no começo da tarde do dia 23, correção de dados como nome e endereço do ministério, informação sobre o aeroporto de destino —o de Guarulhos (SP)—, se as quantidades estariam em frascos ou caixas e peso líquido e bruto das cargas.

Uma nova fatura foi emitida. O documento seguiu apresentando a data de 19 de março. Desta vez, havia os detalhes solicitados, inclusive com informação sobre quanto custaria frete aéreo e seguro: US\$ 929,8 mil adicionais.

Mais uma vez, a empresa que emitiu o documento deixou anotado na "invoice": "100% advance payment".

Às 22h35 do dia 23, um servidor do ministério notou o erro. "Após observar a documentação, observei que está com a informação 100% advanced payment (pagamento antecipado). Informe que o contrato 29/2021 não prevê pagamento antecipado. A modalidade é 'póstecipado'", escreveu em email à diretora da Precisa Medicamentos.

Em nota, o Ministério afirmou que respeita a autonomia da Anvisa e que não faz pressão para aprovação de vacinas. A pasta diz que ainda não efetivou a compra de nenhuma dose da vacina Covaxin.

A Precisa afirmou que "jamais promoveu qualquer tipo de pressão e não contou com vantagens durante esse processo". Disse ainda que o contato com o servidor que prestou depoimento ao MPF foi "de ordem técnica, para a confirmação de recebimento de documentação, seguindo o protocolo do ministério".



Dose de vacina em frente ao logotipo do Ministério da Saúde Kevin David/A7 Press/Agência O Globo

Responsabilização de Bolsonaro está mais próxima, avalia CPI

Senadores veem indícios de crime de uso da máquina pública em favor de entidades privadas e prevaricação

Renato Machado
e Julia Chaib

BRASÍLIA A cúpula da CPI da Covid afirma que as novas suspeitas contra o governo envolvendo a compra da vacina indiana Covaxin abrem um novo e promissor caminho de investigação, que pode levar à responsabilização do presidente Jair Bolsonaro.

Senadores do grupo majoritário da comissão, formado por opositores e independentes, avaliam que, se comprovados ilícitos na negociação de compra da vacina, Bolsonaro pode responder por prevaricação, independentemente de ter acionado ou não a Polícia Federal ao ser informado das denúncias.

Além disso, consideram que há indícios de crimes de advocacia administrativa — usar a máquina pública em favor de entidades privadas. Não há unanimidade a respeito do crime de corrupção.

A análise foi feita em privado, durante reunião do grupo no fim da manhã desta quarta-feira (23), no gabinete do presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM).

“Estamos investigando. Ainda vamos ouvir as pessoas. O servidor ainda vai trazer os documentos”, disse o relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), à Folha.

mediária na negociação da Covaxin. O contrato foi fechado em tempo recorde, quando comparado com as negociações com a Pfizer e o Instituto Butantan. A vacina indiana ainda tem o preço mais alto, com valor de R\$ 80 por dose.

Em relação à conduta pessoal de Bolsonaro, os senadores da CPI dizem acreditar que há fortes indícios para a responsabilização do chefe do Executivo caso sejam comprovados ilícitos na negociação com a Precisa.

A primeira grande suspeita é de prevaricação, quando o agente público não toma as decisões e medidas corretas em defesa do bem público.

O presidente da comissão, Omar Aziz, solicitou ao delegado da Polícia Federal cedido para a comissão que indague a diretoria da corporação sobre se Bolsonaro determinou a investigação dos fatos revelados a ele pelos irmãos Miranda. Aziz disse que seria “preocupante” se o presidente não tivesse agido.

Caso isso fique comprovado, estaria caracterizado o crime de prevaricação.

Alguns senadores, porém, defendem que a prevaricação já estaria bem definida, uma vez que o Ministério da Saúde não rompeu o contrato com a Precisa Medicamen-

visa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) — e dos indícios de irregularidade.

Ainda pesa contra a Precisa o fato de ter os mesmos sócios da Global Gestão em Saúde, empresa que fechou contrato em 2017 de R\$ 20 milhões para o fornecimento de medicamentos, que nunca foram entregues. O pagamento, no entanto, foi feito e jamais devolvido.

O Ministério Público Federal investiga o caso.

Alguns senadores também dizem acreditar que está caracterizado o crime de advocacia administrativa. Isso porque o presidente enviou uma carta pedindo ao primeiro-ministro indiano Narendra Modi pedindo os bons ofícios na liberação de doses da vacina AstraZeneca, ocasião na qual também citou a Covaxin — que ainda não figurava no rol das imunizações preferenciais do Brasil.

A carta foi enviada quando o sócio-administrador da Precisa, Francisco Maximiano, estava no país asiático negociando a compra da Covaxin.

Além disso, os senadores da comissão querem averiguar se o presidente teve papel na pressão para liberar a Covaxin. Para isso, vão tentar mapear a origem das ordens.

Em depoimento ao MPF, o servidor Luís Ricardo Miran-

A CPI inaugurou uma nova fase de investigações nesta semana, após o surgimento de indícios de pressão no Ministério da Saúde para beneficiar uma empresa, a Precisa.

O caso em torno das suspeitas de pressão pela compra da Covaxin pelo governo Bolsonaro foi revelado pela **Folha** na sexta-feira passada (18), com a divulgação do teor do depoimento do servidor Luís Ricardo Miranda, do Ministério da Saúde.

Ele disse em oitiva no Ministério Público Federal que recebeu pressão "atípica" para agilizar a liberação da vacina indiana, desenvolvida pelo laboratório Bharat Biotech.

Em entrevista à **Folha**, o irmão do servidor, o deputado federal Luís Miranda (DEM-DF) também disse que o presidente Bolsonaro foi alertado a respeito das suspeitas de irregularidades e recebeu documentos sobre isso.

A revelação veio a se somar às suspeitas de que o governo havia atuado no exterior em benefício da Precisa Medicamentos, inter-

tos, apesar do atraso na entrega das vacinas —nenhum lote acordado foi cumprido e a imunização ainda nem tem autorização definitiva da An-

da mencionou que a pressão partia da Secretaria Executiva —na época comandada pelo coronel Elcio Franco, braço-direito do ex-ministro Eduardo Pazuello— e também citou o nome do tenente-coronel Alex Lial Marinho, próximo também ao general e ex-coordenador-geral de Logística de Insumos Estratégicos em Saúde.

Não há consenso na CPI, em relação ao crime de corrupção. Uma ala do grupo majoritário defende que haverá corrupção somente com o pagamento feito pelo Ministério da Saúde para a Precisa Medicamentos, o que ainda não foi feito.

Em uma outra vertente, os senadores afirmam que o privilégio dado para a Covaxin, em um momento em que outras vacinas foram negligenciadas, em declarações públicas do próprio presidente, também caracteriza uma omissão e crime contra a saúde pública.



Estamos investigando. Ainda vamos ouvir as pessoas. O servidor [do Ministério da Saúde] ainda vai trazer os documentos

Renan Calheiros
Senador (MDB-AL) e relator da CPI da Covid

Conrado Hübner Mendes
O colunista está em férias.

24/06/2021

Deputado que citou suspeitas sobre Covaxin é ex-youtuber pró-Bolsonaro

Parlamentar dedicou parte do mandato a responder acusações de estelionato e crimes eleitorais

Washington Luiz

BRASÍLIA. Polêmica é uma palavra que sempre acompanhou o deputado Luís Miranda (DEM-DF), que afirma ter alertado o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sobre indícios de irregularidades na aquisição da vacina Covaxin.

Ao longo da sua trajetória, o parlamentar se apresentou como um dos principais defensores da reforma tributária, mas precisou dedicar parte do mandato para responder a acusações de estelionato e crimes eleitorais.

Agora, ele pode dar novos rumos para a CPI da Covid, no depoimento marcado para esta sexta-feira (25).

O caso em torno das suspeitas da compra da Covaxin pelo governo Bolsonaro foi revelado na Folha na sexta-feira passada (19), com a divulgação do teor do depoimento do irmão do deputado e servidor Luís Ricardo Miranda, do Ministério da Saúde.

O servidor disse emitiva no Ministério Público Federal que recebeu uma pressão "atípica" para agilizar a liberação da vacina, descrita no laboratório Bharat Biotech.

Quando ainda não era deputado, Miranda fazia sucesso nas redes sociais dando dicas de como empreender e conseguindo o visto de permanência nos Estados Unidos, onde mora desde 2014.

Nas publicações, ele usava frases como "qualquer um pode ter uma Lamborghini, é só querer" e "imagina você ganhar R\$ 180 mil sem fazer nada" para cativar os seguidores — eram 60 mil apenas no YouTube. Os vídeos sempre exaltavam o estilo de vida americano e comparavam os

preços de produtos nos Estados Unidos e no Brasil.

Com esse capital político, mesmo sem morar em Brasília há quatro anos, ele conseguiu se eleger ao receber 65,1 mil votos nas eleições de 2018 para uma das cadeiras reservadas para o Distrito Federal na Câmara.

Na Casa, Miranda atuou como defensor do governo Bolsonaro. Sempre que possível, discursava e dava declarações a favor do presidente.

O deputado, que se autodeclara um "espírito empreendedor" e defende o "corte nos impostos para darmos dignidade para o povo brasileiro", também se tornou um dos principais defensores da reforma tributária. Ele preside a Frente Parlamentar Mista da Reforma Tributária.

Uma PEC de sua autoria propõe mudanças no sistema tributário brasileiro. O objetivo, de acordo com a proposta, é reduzir a participação dos impostos sobre o consumo e aumentar a tributação sobre a renda e os lucros.

No início deste ano, Miranda chegou a ser cotado para relatar o texto da PEC 45 na Câmara. A ideia não avançou.

Além da PEC, o parlamentar já apresentou cinco projetos de lei. Um deles pede que as atividades industriais, de construção civil, saídas de beleza e barbearias e acadêmicas de esporte sejam consideradas essenciais. Outro propõe o ajuste de tarifas de pedágio durante a pandemia. Ambos aguardam votação.

Foi o sucesso nas redes sociais que também levou Miranda a responder por suspeita de corrupção, fraude, abuso de poder econômico e dos meios de comunicação social



Luís Miranda (DEM-DF), em sessão na Câmara. Sérgio Araújo - 25/abr/21, Divulgação Câmara dos Deputados

e de compra de votos durante a campanha eleitoral.

Denúncia feita ao TRE-DF (Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal) em 2019 alegava que o então pré-candidato realizou o sorteio de dois celulares aos seguidores que mais interagissem em uma live transmitida em 14 de agosto de 2018, dois dias antes do começo oficial da campanha.

O resultado do sorteio, no entanto, foi divulgado em 18 de agosto, quando a campanha já havia começado.

Para os partidos e suplentes que protocolaram a ação (Patriota, PR, Paulo Fernando da Costa, Laerte Bessa e Joaquim Roriz Neto) isso representaria compra de voto e abuso de poder econômico, pois os smartphones tinham

alto valor, o que desequilibraria a disputa eleitoral.

A denúncia ainda afirmava que Miranda usou o próprio cartão de crédito para patrocinar o post do sorteio na internet e que essas despesas deveriam ter sido pagas por meio de uma conta exclusiva da campanha.

Por unanimidade, o TRE-DF rejeitou as acusações e decidiu manter o mandato do parlamentar. Os desembargadores entenderam que não houve provas robustas que configurassem compra de votos ou que houve impulsionamento irregular.

Neste ano, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) também o absolveu por unanimidade. "O TSE reafirmou de forma definitiva a verdade, pro-

vou minha inocência e a legalidade dos meus atos. A denúncia foi movida por suplentes que queriam contrariar a vontade das urnas", afirmou Miranda à Folha.

Em outra denúncia apresentada em 2019, o deputado foi acusado sob suspeita de estelionato pelo MPDF (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios). Ele e outras duas pessoas teriam apresentado um cheque falso para pagar uma dívida de aluguel nove anos antes.

Na época, Miranda era o fiador de um imóvel alugado no DF. Porém, nem ele nem o locatário teriam quitado os aluguéis, o que resultou em uma ação de despejo movida pela empresa dona do imóvel. Com a instauração do pro-

cesso, um terceiro teria procurado a empresa a mando dos dois para fazer um acordo. Os denunciados aceitaram pagar o valor de R\$ 11,5 mil em dois cheques.

Um dos cheques, no valor de R\$ 7.500, estava em nome de pessoas não envolvidas na locação. O outro teria sido emitido pela Fitcorp, clínica de estética fundada por Miranda.

Segundo o MP, um deles era falso e o outro não foi debitado por insuficiência de fundos. Em defesa, o deputado disse que acreditava ser vítima de um erro e que não tinha relação com o cheque fraudado. Ele apresentou um documento de quitação da dívida.

Uma suposta vítima desistiu das acusações, o que levou o MP a se manifestar pela extinção da ação. Em dezembro de 2020, a Justiça do DF extinguiu o processo. "Provei minha inocência. Nesse processo, o próprio locatário disse que jamais causei prejuízo a ele. Garhei na justiça e lavei a minha honra", disse.

Reportagem do Fantástico em 2019 também tratou de acusações contra Miranda. O programa ouviu 25 pessoas que relatavam ter sido vítimas de promessas não cumpridas de investimentos prometidos pelo parlamentar, quando morava nos Estados Unidos. Uma delas disse que teve um prejuízo de R\$ 150 mil.

Elas afirmavam que o deputado oferecia investimentos em negócios com lucros muito acima do normal, como a compra e venda de veículos de luxo. Miranda teria prometido lucro líquido por mês de 6%, que seria dividido entre ele e o cliente. No entanto, as vítimas contaram que os ganhos não eram repartidos. O deputado nega todas as acusações.

"Os mesmos que me acusaram foram investigados e apontados pela polícia como uma milícia digital. Atacam as empresas, que não suportaram essas ações criminosas. Está claro que minha atuação no combate à corrupção incomoda muito. Devem seguir me atacando, pois seguirei denunciando", defende.

24/06/2021



O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, durante sessão por videoconferência. [Folha de São Paulo - 23 Jun 21 | 09:46 | página 317](#)

Por 7 a 4, Supremo confirma decisão que declarou Moro parcial em caso de Lula

Vencidos, ministros Marco Aurélio e Fux, do STF, fazem defesa enfática de ex-juiz e da Lava Jato

Matheus Teixeira

BRASÍLIA. O STF (Supremo Tribunal Federal) confirmou nesta quarta-feira (23) em placar de 7 a 4 a decisão da Segunda Turma da corte de declarar a parcialidade do ex-juiz Sergio Moro na condução do processo do triplex de Guarujá (SP), que levou o ex-presidente e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à prisão por 580 dias. O tribunal já tinha maioria nesse sentido, mas ainda faltavam os votos do ministro Marco Aurélio, que havia pedido vista (mais tempo para analisar o caso), e do presidente, Luiz Fux. Ambos votaram para anular a decisão da turma, mas outros sete ministros já haviam se posicionado de maneira oposta. Os ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Kassio Nunes Marques, Ale-

xandre de Moraes e Rosa Weber afirmaram que o plenário não poderia revogar a decisão da Segunda Turma. Os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Marco Aurélio e Fux ficaram vencidos. Eles defenderam que, como o tribunal reconheceu a incompetência territorial da Justiça Federal no Paraná para atuar nos processos de Lula, o que levou à anulação de suas condenações, a atuação de Moro nesses casos não teria como ser analisada. Nas redes sociais, Moro elogiou os votos dos quatro ministros e disse que a posição deles corresponde "aos fatos ocorridos". "Nunca houve qualquer restrição à defesa de Lula, cuja culpa foi reconhecida por dez juizes", escreveu. O julgamento foi interrompido no fim de abril em meio a um bate-boca entre Gilmar, crítico da Lava Jato, e Barro-

“**Sim, o juiz Sergio Moro surgiu como verdadeiro herói nacional, e então do dia para noite, ou melhor, passado algum tempo, é tomado como suspeito**

Marco Aurélio Mello
ministro do Supremo Tribunal Federal durante julgamento da suspeição de Sergio Moro

so, que votou para anular as condenações de Lula, mas contra manter a declaração da parcialidade de Moro. Nesta quarta-feira, Marco Aurélio deu um voto enfático em defesa do ex-juiz e disse que Lula "foi ressuscitado politicamente" pelo Supremo. Fux foi na mesma linha e afirmou que a decisão da Segunda Turma foi baseada em "prova ilícita", em referência aos diálogos hackeados de integrantes da Lava Jato. "Muriciu esse argumento uma prova absolutamente ilícita. Uma prova roubada que foi depois lavada. É como lavagem de dinheiro: prova roubada ilícitamente e introduzida depois de forma ilícita mediante lavagem da prova para que se pudesse arguir o sigilo da fonte", disse. Para ele, o fato de a turma ter analisado o caso após Fachin ter declarado a incompe-

tência territorial de Curitiba "feriu de morte a institucionalidade do STF". O ministro aproveitou para fazer uma defesa da Lava Jato e criticar a decisão da maioria de anular suas condenações. "Houve nulificação de processo que levou sete anos para que fosse construída toda uma arquitetura legítima, porque o Estado tem direito fundamental de limpar sua ordem penal. Toda arquitetura legítima foi jogada por terra exatamente por defeitos que não causaram nenhum prejuízo para a defesa", afirmou. O presidente do Supremo afirmou que a defesa de Lula não teve seus direitos cerceados e que todos os aspectos de seus casos já tinham sido analisados por todas as instâncias inferiores do Judiciário sem que fossem cassadas. Já Marco Aurélio afirmou que a ordem judicial do STF

para retirar os casos de Lula de Curitiba e remetê-los à etapa da análise da denúncia a ser feita pela Justiça Federal no Distrito Federal ocorreu de forma "estravagante". Segundo ele, é equivocada "encaminhar-se para a execução de magistrado que honrou o Judiciário e que teve postura de imensa coragem ao enfrentar a corrupção". Para ele, a Segunda Turma não poderia ter julgado a suspeição do ex-juiz porque já havia sido declarada a incompetência territorial dele. "Sim, o juiz Sergio Moro surgiu como verdadeiro herói nacional, e então do dia para noite, ou melhor, passado algum tempo, é tomado como suspeito", criticou. Mesmo diante do voto dos dois, os demais colegas não mudaram de posição, e o plenário manteve a decisão segundo a qual Moro não agiu de maneira imparcial. Sete ministros do Supremo que já haviam votado defenderam que derrubar o entendimento fixado pela Segunda Turma não seria correto e criaria um precedente perigoso. O caso estava parado há mais de dois anos na Segunda Turma após um pedido de vista de Gilmar e foi pautado para julgamento poucos dias depois de Fachin anular as condenações de Lula, em março deste ano. Na decisão, Fachin havia afirmado que a declaração de incompetência territorial de Curitiba inviabilizaria a análise do habeas corpus em que o petista suscitava a parcialidade de Moro. A Segunda Turma, porém, por 4 a 1, divergiu do entendimento e prosseguiu o julgamento. Na ocasião, Cármen Lúcia, que já tinha se oposto à suspeição do ex-juiz, mudou de voto e formou a maioria de 3 a 2 para anular o processo sob o argumento de que Moro agiu com parcialidade. A confirmação da parcialidade de Moro é uma vitória para Lula e o deixa mais distante de uma eventual nova condenação pelo juiz que assumirá os processos retirados de Curitiba, pois a declaração da suspeição tem como consequência a anulação de provas colhidas naquele processo. Este tema foi julgado no fim de abril, logo depois de os ministros, por 8 a 3, decidirem manter a decisão de Fachin de anular as condenações de Lula e remeter as denúncias para o DF. Com isso, a corte liberou o ex-presidente a participar das eleições de 2022.

Guedes quer usar aumento na arrecadação para reduzir tributos

Para analistas, proposta é nociva por utilizar ganhos temporários para gerar custos permanentes

Bernardo Caram

BRASÍLIA Em uma indicação de que o governo poderá apresentar uma reforma tributária com efeito negativo para as contas públicas, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quarta-feira (23) que pretende pegar parte da alta de arrecadação causada pela retomada da economia e transferir para um corte imediato de impostos.

A Folha ouviu especialistas em finanças públicas. A avaliação é que a ideia tem potencial nocivo porque pode gerar descompasso nas contas do governo no futuro ao usar ganhos temporários para gerar custos permanentes.

Em videoconferência com a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), o ministro também fez promessa com vinculação eleitoral ao afirmar que promoverá redução mais intensa de tributos sobre empresas se o presidente Jair Bolsonaro for reeleito.

"Está havendo um aumento vigoroso da arrecadação e nós vamos transmitir isso imediatamente para a redução de impostos. Em vez de realizar esse aumento brutal de arrecadação, queremos fazer uma aposta no setor privado e no consumidor", disse o ministro.

"Vamos descobrir qual a taxa de crescimento estrutural, suponho que ela seja de 3%



Paulo Guedes (Economia) durante a divulgação do Plano Safra, na terça (22); ministro diz que redução de tributo de empresas será maior se Bolsonaro foi reeleito. Prota Ladeira - 23 Jun.21/Folhapress

com as reformas. Eu acho que ela vai ser bem maior, mas se vamos ser conservadores. Vamos pegar uma parte e vamos investir na redução e simplificação de impostos", afirmou.

O plano original do Ministério da Economia para a reforma tributária prevê uma reestruturação neutra para as contas públicas. Ou seja, na média geral, não haverá aumento nem redução da carga tributária do país.

Guedes usou como exem-

plio de tributo que pode ser reduzido o aumento na faixa de isenção do IR (Imposto de Renda). Ele afirmou que vai duplicar a base de pessoas beneficiadas ao mesmo tempo que passará a tributar "lá em cima" quem recebe dividendos.

A ideia, segundo ele, é levar o número de pessoas isentas de 8 milhões para 16 milhões com a reforma.

Os modelos mais recentes estudados pela pasta previam

um aumento da faixa de isenção dos atuais R\$ 1,920 para algo entre R\$ 2,400 e R\$ 2,500. O Palácio do Planalto pressionava por um patamar mais alto.

O ministro disse ainda que pretende baixar o Imposto de Renda sobre empresas em 2,5% ao ano, totalizando 5% na atual gestão.

"Se o presidente for reeleito e o programa econômica prosseguir, é mais 2,5% e mais 2,5%", disse.

Continue na pág. A18

A proposta de Guedes

O QUE DIZ O MINISTRO

Guedes afirma que a arrecadação de impostos está em **forte crescimento** e que pretende reverter parte desse ganho para uma **redução** imediata de tributos

Possíveis benefícios

O ministro cita como exemplo aumento da faixa de isenção do IR de pessoas físicas e redução do tributo sobre empresas

Problemas

Ideia usa aumento temporário de receita para criação de **custo permanente**

Arrecadação sobre proporcionalmente mais que o PIB em momentos de expansão e cai mais do que o PIB em período de recuo da economia

Plano pode criar **descompasso nas contas** do governo quando o próximo período de vacas magras chegar

Para não descumprir lei, governo teria que incluir a estmativa de perdas no Orçamento e demonstrar que a renúncia não afetará as metas fiscais para os próximos três anos



PONTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE GUEDES

• **Fusão de PIS e Cofins** (já está no Congresso)

• Cria a **CBS** (Contribuição sobre Bens e Serviços), com alíquota de 12%. Comércio e serviços devem ficar com alíquota mais baixa

• Reforma do Imposto de Renda (em elaboração)

• **Amplia isenção** para **pessoa física** de R\$ 1.900 para alcançar próximo a R\$ 2.500

• **Reduz e unifica** em 15% cobranças de **IR** sobre investimentos em **renda fixa**, hoje regidos por tabela regressiva que vai de 22,5% a 15%

• Acaba com isenção de produtos financeiros como LCI, LCA, CRI e CRA

• **Reduz IR de pessoa jurídica** de 25% para 20% em dois anos

• Aumenta **tributação** de 0% para 20% sobre a distribuição de **dividendos**. Isenção seria mantida para ganhos de até R\$ 20 mil ao mês



O agora ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles em pronunciamento sobre sua saída. Reprodução TV Brasil

Alvo de inquérito, ministro Ricardo Salles pede demissão

Ex-titular do Meio Ambiente é investigado no STF após operação da PF

Daniel Carvalho e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pediu demissão nesta quarta-feira (23) ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Sua gestão foi marcada por ações contrárias ao objetivo da pasta, que é a preservação ambiental. Em dois anos e meio no cargo, enfraqueceu ou destruiu mecanismos de proteção das florestas, minimizou o impacto das queimadas, combateu quem fiscalizava infratores e reduziu a participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas para o setor.

Salles é alvo de inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal) por operação da Polícia Federal que mira suposto favorecimento a empresários do setor de madeiras por meio da modificação de regras com objetivo de regularizar cargas apreendidas no exterior.

A demissão foi anunciada no mesmo dia em que as investigações de compra suspeitas da vacina Covaxin chegaram ao nome de Bolsonaro na CPI da Covid. O caso elevou a temperatura política no Planalto nesta quarta (23).

Joaquim Pereira Leite, secretário da Amazônia e Serviços Ambientais, foi nomeado co-

mo novo ministro. As mudanças foram publicadas à tarde no Diário Oficial da União.

Leite é próximo a Salles e no governo Bolsonaro também ocupou a diretoria do Departamento Florestal da pasta. Seu currículo inclui passagem por empresas de consultoria e do ramo farmacêutico e um período como conselheiro da Sociedade Rural Brasileira.

Após chegar ao Palácio da Alvorada na noite desta quarta, Bolsonaro foi questionado sobre a saída de Salles, mas não deu detalhes. "Ele pediu para sair. Então ele que tem que falar porque pediu", disse a apoiadores, em fala transmitida por um site bolsonarista.

Salles deixa a Esplanada em meio a uma investigação da PF sobre um esquema de contrabando de madeira e sob críticas pelo avanço do desmatamento na Amazônia.

A corporação apura suspeitas de crimes de corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e facilitação de contrabando que teriam sido praticados por agentes públicos e empresários do setor.

Salles também é alvo de um inquérito que investiga sua suposta atuação para atrapalhar a apuração da maior apreensão de madeira do Brasil, feita na Operação Fiancraoanthus. Desde a delegação da ope-

ração da PF, Salles submergiu. A maior parte da agenda oficial passou a ser composta por despachos internos ou por dias sem compromissos oficiais.

Natércia (22), no lançamento do Plano Safra no Planalto, Salles compareceu e foi elogiado por Bolsonaro. "Você faz parte dessa história, Ricardo Salles, dessa casamente da agricultura como meio ambiente, foi um casamento quase perfeito. Parabéns, não é fácil ocupar seu ministério. Por vezes, a herança fica apenas uma penca de processos", afirmou o presidente.

Nesta quarta, após publicação de sua exoneração, Salles fez um pronunciamento à imprensa. Não houve possibilidade de perguntas.

"Entendo que o Brasil, ao longo deste ano e no ano que vem, na inserção internacional e também na agenda nacional, precisa ter uma união muito forte de interesses, de anseios e de esforços. E para que isso se faça da maneira mais serena possível, eu apresentei ao senhor presidente o meu pedido de exoneração, que foi atendido."

Segundo um assalviador de Salles, o agora ex-ministro procurou o presidente e apenas disse que achava que agora era o momento de deixar o cargo, o que foi aceito por Bolsonaro.



Quem é o novo ministro

Joaquim Pereira Leite Secretário da Amazônia e Serviços Ambientais, já ocupou a diretoria do Departamento Florestal do ministério. Seu currículo inclui passagem por empresas de consultoria e do ramo farmacêutico e um período como conselheiro da Sociedade Rural Brasileira.

Números, frases e polêmicas de Salles

'Passara boiada' em reunião ministerial em 2020. Precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regimento e simplificando normas.

Desmatamento 'zero relativo' em entrevista à Folha em 2019. Busca-se o zero absoluto ou zero relativo? O zero relativo nós já atingimos.

RECORDE DE DESMATAMENTO

10.129 km² desmatados de 2018 a 2019, um aumento de 34%, em relação ao ano anterior. Foi a primeira vez desde 2008 que o desmate ultrapassou a marca de 10 mil km².

11.089 km² desmatados de 2019 a 2020, o maior número da década.

QUEIMADAS RECORDES

Mais de 30 mil focos de incêndio foram registrados na Amazônia só em agosto de 2019.

Quase 26,5% do Pantanal foi queimado em outubro de 2020.

ÓLEO NO NORDESTE

Mais de 5.000 toneladas de óleo foram retiradas de mais mil localidades em 11 estados.

APREENSÃO HISTÓRICA DE MADEIRA

Cerca de 40 mil toras (o equivalente a mais de 130 mil m³) foram apreendidas pela PF no fim de 2020. Salles criticou a operação.

FIM DO FUNDO AMAZÔNIA

Abr.19 Bolsonaro extinguiu o comitê orientador do fundo. **Mai.19** Sem apresentar documentos, Salles afirma ter encontrado problemas no fundo e que países doadores estavam cientes das informações apresentadas à imprensa, o que foi desmentido. **Jun.19** Noruega e Alemanha se posicionam contra mudanças. **Mai.20** O vice-presidente Hamilton Mourão toma o lugar de Salles para tentar restabelecer fundo.

Nesta quarta, Salles disse entender que desempenhou "da melhor forma possível" o cargo de ministro e afirmou ter procurado colocar em prática desde o primeiro dia as orientações de Bolsonaro.

"Orientação esta que foi equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente, cuidado com todos os aspectos daquele ministério. Ao mesmo tempo, respeitei também ao setor privado, ao agronegócio, ao produtor rural, aos empresários de todos os setores, de mineração, imobiliário, setor industrial", disse.

Seu período à frente do ministério foi marcado por uma forte agenda de desregulamentação ambiental, pelo aumento dos índices de desmatamento e por choques com negociadores internacionais especializados em clima.

Mai foi o pior mês de avisos de desmatamento na Amazônia nos últimos anos, segundo dados do Inpe. No período, foram emitidos alertas em área correspondente a 1,391 km².

O ex-ministro era visto por negociadores estrangeiros como um obstáculo para uma efetiva política de redução do desmatamento. Mudanças em campanhas por ele no modelo de gestão do Fundo Amazônia, por exemplo, levaram os governos de Alemanha e Noruega — os principais doadores — a suspender repasses.

Mais recentemente, as negociações sobre cooperação internacional com o governo dos EUA foram congeladas em meio aos desdobramentos das investigações contra Salles.

Salles ficou conhecido por ter usado uma frase que acabou resumindo sua agenda de enfraquecimento de regras de proteção do meio ambiente. Na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, torada pública por decisão do STF, ele afirmou que era preciso aproveitar a atenção dada pela imprensa à pendência para "ir passando a boiada" e "mudando todo o regimento e simplificando normas".

A demissão de Salles deve ter reflexo nas investigações que ele responde no STF. Em conversas reservadas, o ministro Alexandre de Moraes, relator de um dos casos, afirmou que deve aguardar os advogados pedirem a remessa da investigação à primeira instância para, depois disso, solicitar parecer da PGR (Procuradora-Geral da República). Então, deverá definir o destino da apuração contra Salles.

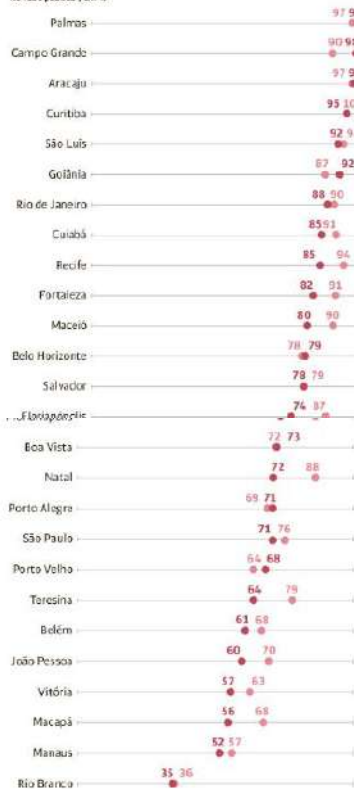
Em casos semelhantes, o STF enviou inquéritos de ministros ao primeiro grau, uma vez que a exoneração leva à perda do foro especial que atrai a competência do tribunal.

Isso aconteceu com os inquéritos contra Eduardo Pazuello (ex-Saúde) e Abraham Weintraub (ex-Educação).

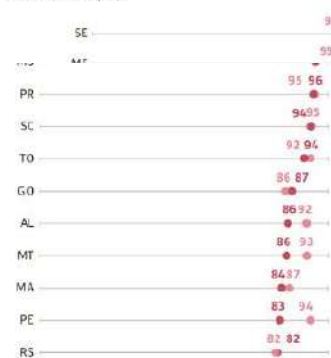
Ocupação de UTIs para Covid

● 14 jun ● 21 jun

Nas capitais
Na rede pública*, em %



Nos estados
Na rede estadual*, em %



Cai para 6 total de capitais com mais de 90% de lotação em UTI

Cenário é melhor que o da última semana, mas está longe de ser confortável

RIBEIRÃO PRETO, RIO DE JANEIRO, BRASÍLIA, CURITIBA, SÃO PAULO, SALVADOR, RECIFE E PORTO ALEGRE. A ocupação de leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) exclusivos para pacientes com Covid-19 apresenta taxa de pelo menos 90% em seis capitais de quatro regiões do país nesta semana, mostra levantamento feito pela Folha. O cenário de alta demanda é melhor do que o da última semana, quando dez capitais e o Distrito Federal estavam nesta situação, mas está longe de ser confortável. Há inúmeras capitais com índices de pelo menos 80% nesta semana, segundo as secretarias de Saúde, ante 13 da semana anterior. A situação preocupa também porque sete capitais chegaram a anunciar nesta semana a suspensão da aplicação da primeira dose da vacina contra a Covid-19, entre elas Aracaju e Campo Grande, duas capitais com altos índices de ocupação dos leitos exclusivos destinados a pacientes infectados pelo coronavírus.

O pior cenário, com dados de segunda-feira (21), é o de Palmas, onde o índice foi a 99%, ante os 97% da semana anterior. A alta contrasta com a média estadual, que recuou de 94% para 92%, ainda grave. Em Campo Grande, que perdeu 39 leitos em relação à semana anterior, a taxa cresceu de 97% para 98% e ainda há 82 pessoas na fila de espera por vagas na capital. A classificação da cidade no mapa de risco da pandemia, usado pelo governo de Mato Grosso do Sul para gerir as atividades econômicas, tem gerado conflitos entre prefeitura e governo.

Segundo o município, entre 5 e 11 de junho — período em que estava no pior nível da classificação —, 63% dos pacientes atendidos em UTIs locais eram de outras cidades. Já o estado diz que 88% dos internados na capital nos últimos seis meses são do próprio município. Em Aracaju, uma das capitais a suspender a vacinação, a ocupação é de 98%, com 12 pacientes aguardando a liberação de leitos intensivos. Segundo a Secretaria da Saúde da capital, a imunização ao longo do fim de semana foi acima do previsto e, por isso, a suspensão foi necessária.

Curitiba conseguiu ultrapassar o momento de superlotação de UTIs, mas ainda conta com índice alto de ocupação desse tipo de leito, 95%. A fila de espera também diminuiu, de 155 para 84 pacientes, mas continua sendo a maior entre as capitais brasileiras.

Os números da pandemia estão em alta no Paraná. Nesta terça, o estado registrou o maior índice de novos casos desde o início de março, com um aumento de 133% na média móvel.

Ataxa de transmissão do vírus cresceu de 0,99 para 1,16 em uma semana, ficando atrás apenas de São Paulo. Houve ainda aumento de 13% na média móvel de mortes.

A taxa de ocupação de UTIs no estado se manteve praticamente estável, em 95%, mesmo com o acréscimo de 17 leitos na última semana. O número de pessoas com Covid-19 aguardando por vagas caiu cerca de 35%, mas ainda segue sendo o maior do país, com 239 pacientes.

A proporcionalidade na distribuição de vacinas pelo governo estadual vem sendo criticada pelo prefeito da capital, Rafael Greca (DEM), que afirmou que Curitiba tem recebido menos doses do que o ideal. "Peço absoluta igualdade e isonomia. Estou pedindo respeito por Curitiba e que seja recomposta a proporcionalidade", disse.

A secretária de Saúde, Márcia Huacuk, também criticou o governo estadual, chamando de "política" a promessa de vacinar toda população do estado até o final de setembro. Segundo ela, havendo doses, Curitiba conseguiria vacinar todo o público-alvo antes disso.

Já em Goiânia, mesmo com quatro leitos a mais (agora são 253), a ocupação de UTIs avançou de 87% na última semana para os atuais 92%. Havia, na segunda, uma pessoa na fila de espera por internação.

No estado, com vagas criadas em uma semana, a ocupação apresentou oscilação e alcançou 87% agora, ante 86% da última semana. São 565 vagas no total no estado, que tem 35 pessoas na fila para leitos.

Nesta terça, a prefeitura publicou no Diário Oficial decreto para regulamentar aulas

presenciais com capacidade de 50% na rede privada, mas na rede pública a previsão é que a volta ocorra na segunda quinzena de agosto, após os profissionais receberem a segunda dose da vacina contra a Covid-19.

"O objetivo é oferecer mais segurança para os servidores e a comunidade escolar", disse, via assessoria, o secretário da Educação, Wellington Bessa.

No Nordeste, São Luís está entre as capitais com maiores ocupações de UTIs, além de Aracaju. Ela registrou oscilação negativa de dois pontos percentuais na ocupação de seus leitos de UTI, de 94% para 92% das 279 vagas na Grande Ilha em uso.

No estado, também houve recuo, mas de três pontos, e agora há 84% dos leitos de UTI em uso.

A cidade do Rio de Janeiro viu sua ocupação ficar abaixo de 90% pela primeira vez em meses, ainda que ela continue sendo o maior do país, com 239 pacientes. O último dado disponível, havia 70 vagas a menos que na semana passada.

O estado fluminense também tem registrado um cenário de queda, agora com 66% dos leitos de terapia intensiva e 42% de enfermaria ocupados. Não há grandes filas nem horas de espera por vagas, como ocorreu em outros rios da doerça.

A ocupação de UTIs caiu em

Cuiabá nesta semana graças à ampliação da oferta de vagas. Das 277 existentes na capital em região da Baixada, o total subiu para 297, o que fez o índice cair de 91% para 85%. Sem as novas vagas, a ocupação se manteria em 91% nesta semana.

No Distrito Federal, a taxa de ocupação de leitos de UTI estava em 81,6% na segunda, o que representa queda em relação à última semana, quando superava 92%. A redução coincide com abertura de alguns leitos que estavam bloqueados.

Na última semana, de 452 leitos intensivos voltados a Covid, apenas 194 estavam em operação, número que passou a 212 nesta segunda, segundo dados até 18h30.

Apesar da queda na taxa de ocupação, o secretário de saúde do DF, Osnei Okamoto, disse que o cenário é de preocupação diante do indicativo de aumento de casos em cidades de Goiás que ficam no entorno.

Na capital paulista, a taxa de ocupação de leitos UTI Covid-19 caiu de 76% para 71%. Anualmente, a capital conta com 1.431 leitos de UTI e 1.458 de enfermaria para Covid-19.

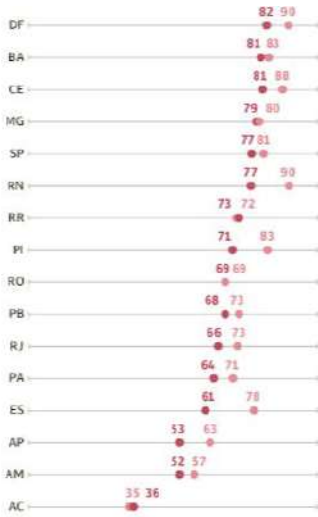
Dos 250 novos leitos de UTI anunciados pela Secretaria da Saúde, 127 já foram entregues nos hospitais municipais Guarapiranga (65), Vereador José Storopelli (20), Isasmias Castanha Braga Parelheiros (22) e São Luiz Gonzaga (12).

Já em Salvador, a ocupação de leitos atingiu 78% nesta segunda-feira, patamar semelhante ao das semanas anteriores. Mas outras regiões da Bahia enfrentam situação mais crítica, caso do Oeste, onde 93% dos leitos para pacientes graves estão ocupados, e do Sudoeste, com ocupação de 88%.

Esta semana, marcada pelo São João, é considerada crucial pelo governo baiano para evitar uma nova onda de casos de Covid-19 no estado. A possibilidade de aglomerações acendeu o alerta de governo e prefeituras, que intensificaram as medidas restritivas. Marcelo Toledo, Ana Luíza Albuquerque, Júlia Barbon, Natália Carneiro, Katia Baran, Patrícia Pasquini, João Pedro Pitombo, João Valadares e Fernanda Canófe

Peço absoluta igualdade e isonomia. Estou pedindo respeito por Curitiba e que seja recomposta a proporcionalidade

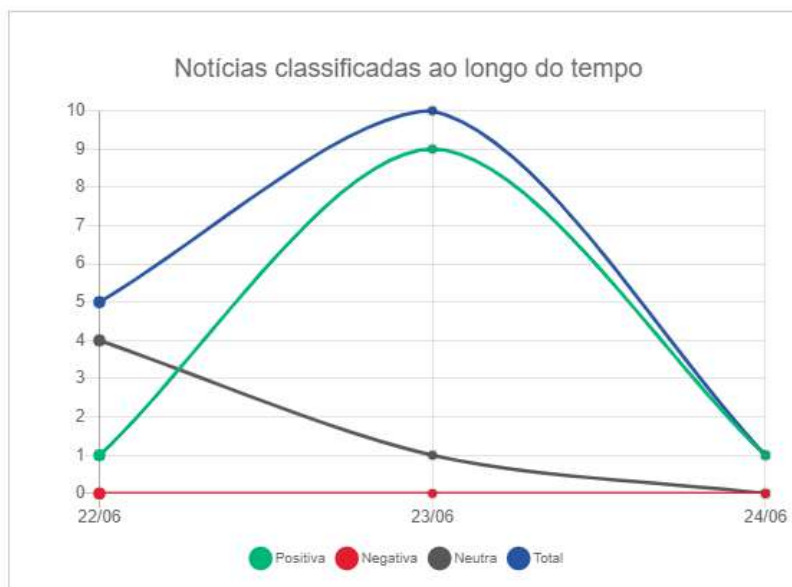
Rafael Greca
prefeito de Curitiba, em crítica à distribuição de vacinas pelo governo do Paraná



RN, RJ e SE incluem Intermunicipais, municipais e federações PI e Teresina



GRÁFICOS



Principais Fontes

FONTES	NOTÍCIAS
HTTPS://GUSTAVONEGREIROS.COM.BR/	2
HTTP://BLOG.TRIBUNADONORTE.COM.BR/	1
HTTP://WWW.PONTODEVISTAONLINE.COM.BR/	1
HTTP://WWW.TRIBUNADENOTICIAS.COM.BR/	1
HTTP://WWW.TRIBUNADONORTE.COM.BR/	1

